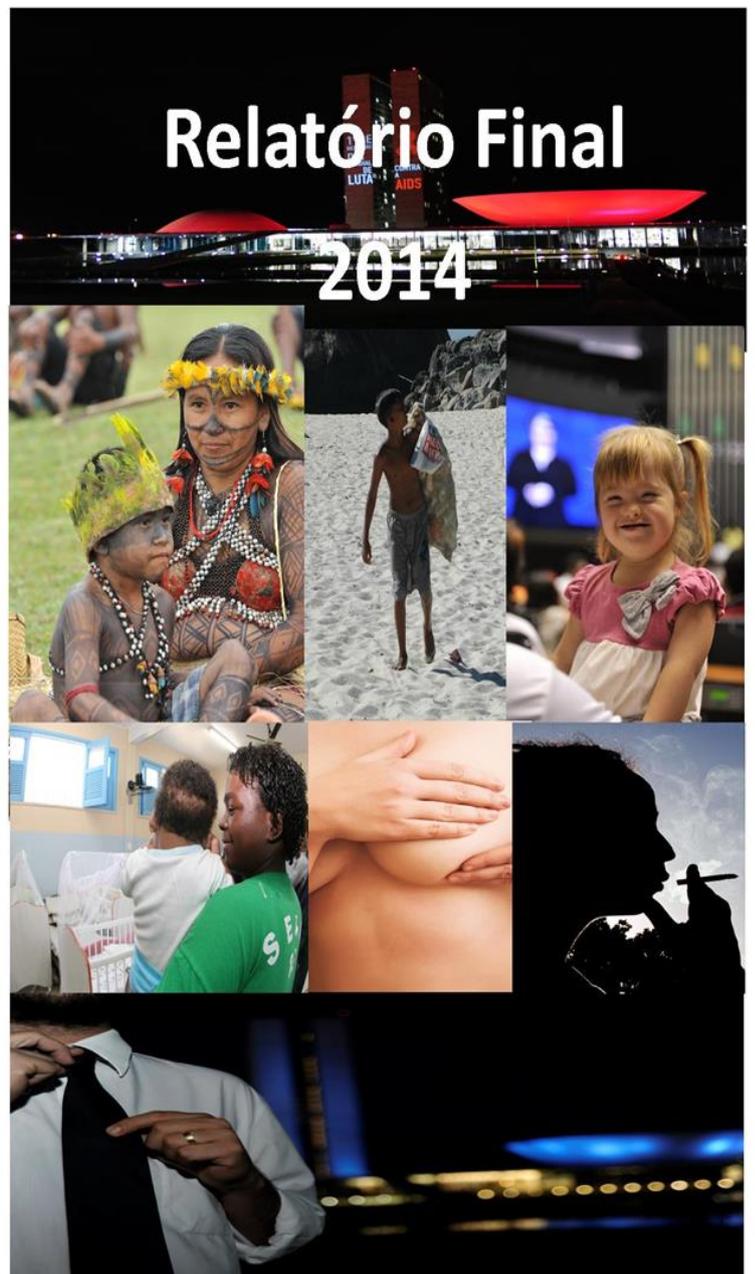


Comissão de Seguridade Social e Família



Brasília 2014

CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E
FAMÍLIA

RELATÓRIO 2014

CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Presidente: Amauri Teixeira (PT/PR)

1º Vice-Presidente: Antonio Brito (PTB/BA)

2º Vice-Presidente: Mandetta (DEM/MS)

3º Vice-Presidente: José Linhares (PP/CE)

TITULARES

Alexandre Roso - PSB/RS
Amauri Teixeira - PT/BA
Antonio Brito - PTB/BA
Assis Carvalho - PT/PI
Benedita da Silva - PT/RJ
Darcísio Perondi - PMDB/RS
Dr. Jorge Silva - PDT/ES
Dr. Paulo César - PR/RJ
Dr. Rosinha - PT/PR
Eleuses Paiva - PSD/SP
Filipe Pereira - PSC/RJ
Francisco Floriano - PR/RJ
Geraldo Resende - PMDB/MS
Jhonatan de Jesus - PRB/RR
João Ananias - PCdoB/CE
José Linhares - PP/CE
Lael Varella - DEM/MG
Manato - PDT/ES
Mandetta - DEM/MS
Mara Gabrielli - PSDB/SP
Marcus Pestana - PSDB/MG
Nilda Gondim - PMDB/PB

SUPLENTE

Anderson Ferreira - PR/PE
André Zacharow - PMDB/PR
Arnaldo Faria de Sá - PTB/SP
Cesar Colnago - PSDB/ES
Cida Borghetti - PP/PR
Danilo Forte - PMDB/CE
Eduardo Barbosa - PSDB/MG
Elcione Barbalho - PMDB/PA
Erika Kokay - PT/DF
Geraldo Thadeu - PSD/MG
Gorete Pereira - PR/CE
Helcio Silva - PT/SP
Henrique Afonso - PV/AC
Henrique Fontana - PT/RS
Iracema Portella - PP/PI
Íris de Araújo - PMDB/GO
Jandira Feghali - PCdoB/RJ
Jô Moraes - PCdoB/MG
João Campos - PSDB/GO
João Dado - SDD/SP
Luiz de Deus - DEM/BA
Marcos Rogério - PDT/RO

Osmar Terra - PMDB/RS
Otávio Leite – PSDB/RJ
Rogério Carvalho - PT/SE
Ronaldo Caiado – DEM/GO
Rosane Ferreira – PV/PR
Rosinha da Adefal - PTdoB/AL
Saraiva Felipe – PMDB/MG
Sueli Vidigal – PDT/ES
Takayama – PSC/PR
Toninho Pinheiro - PP/MG
Zeca Dirceu – PT/PR

Onofre Santo Agostini – PSD/SC
Padre Ton – PT/RO
Pastor Eurico - PSB/PE
Paulo Foletto - PSB/ES
Paulo Rubem Santiago – PDT/PE
Raimundo Gomes de Matos – PSDB/CE
Roberto de Lucena - PV/SP
Rose de Freitas – PMDB/ES
Ságuas Moraes – PT/MT
Sandra Rosado – PSB/RN
Silas Câmara – PSD/AM
Valmir Assunção – PT/BA
Vitor Paulo – PRB/RJ
Zequinha Marinho - PSC/PA

Equipe Servidores da CSSF

Bárbara Santos Vieira
Cláudia Ribeiro Vieira de Mello
Claudinei Lopes Fernandes
Diógenis dos Santos
Elen Pedro Calvi Filho
Eliane de Souza Cavalcanti Gontijo
Elita Henrique de Sousa
Elizabeth Christina da Costa Lopes
Barbosa
Hélio de Souza Rodrigues Junior
Honejohnny Pereira da Silva
Jane Aline Souza Bastos
Monica Souza Ferreira
Natalia Mateus Kawano Alves
Patrícia Silveira Cavalcante
Roberta de Aguiar Costa Mascarenhas
Ronaldo César da Silveira
Rubens Gomes Carneiro Filho

Fotografias

Diógenis dos Santos (CSSF)
Elen Pedro Calvi Filho(CSSF)
Ivaldo Cavalcanti(Banco de Imagens)
Gabriela Korossy(Banco de Imagens)
Gustavo Lima(Banco de Imagens)
Luiz Marques(Banco de Imagens)
Luís Alves(Banco de Imagens)
Fotolia

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	9
ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	11
FAMÍLIA	15
PREVIDÊNCIA SOCIAL	19
SAÚDE.....	27
SUBCOMISSÕES.....	51
Subcomissão Especial de Desenvolvimento do Complexo Industrial em Saúde, Produção de Fármacos, Equipamentos e outros insumos	53
Subcomissão Especial destinada para discutir a saúde da mulher e da criança.....	53
Subcomissão Especial destinada a avaliar o Sistema de Saúde Complementar	53
Subcomissão Especial destinada a avaliar a implementação da Política Nacional de Saúde da População Negra	53
Subcomissão Especial Destinada a Discutir e propor soluções para a Atenção Primária no Sistema Público de Saúde	54
Subcomissão Especial para Monitoramento do Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência “Viver sem Limites”	54
Subcomissão Especial destinada a tratar da Carreira dos Médicos no Sistema Único de Saúde	54
PARTICIPAÇÃO INTERNACIONAL.....	55
EMENDAS DA COMISSÃO À LOA 2015	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
ANEXOS	63
Seminários, Fórum e Quartas Temáticas	65
Audiências Realizadas	76
Projetos Apreciados	86

APRESENTAÇÃO

Ao assumir a Presidência da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados (CSSF), neste ano de 2014, busquei a continuidade das gestões anteriores com inovação e agilidade nos trabalhos legislativos. Assim, ao mesmo tempo em que se pode continuar realizando as chamadas “quarta-feiras temáticas”, enquanto espaço para debates objetivos sobre temas de relevância pública antes do início dos trabalhos ordinários, houve a prioridade na descentralização das audiências públicas e dos seminários realizados pela CSSF.

Uma das marcas institucionais das Comissões da Câmara dos Deputados é a sua competência para exame técnico dos assuntos e propostas que por lá tramitam. Logo, os debates e as análises técnicas sobre temas e proposições afeitas à previdência, à saúde, à assistência social e à família foram, preferencialmente, realizados nos locais onde as pessoas e os problemas estão ocorrendo ou exigindo análises desta que é conhecida como a Casa do Povo.

Portanto, nas páginas seguintes serão apresentados tanto as proposições que foram aprovadas ou debatidas pela CSSF no ano de 2014, como as audiências públicas, estudos e seminários em que os Deputados e o corpo burocrático da comissão se deslocaram para visitação e trabalho “in loco”, justamente buscando a proximidade com a população e com os assuntos demandados.

Sabe-se que, se por um lado, o transporte, a hospedagem e os preparativos para uma participação na CSSF exigem disponibilidades de tempo, recurso e organização, por outro lado, a seguranç a com que as pessoas podem explanar mais e melhor estando em seu local referencial; o maior envolvimento de todos os atores; o conhecimento direto e sem intermediações sobre questões sociais; a economicidade e a eficiência no trato público para a realização das tarefas que são dadas   CSSF, entre outros aspectos, exigiram com que a descentralização dos trabalhos significasse, efetivamente, maior compromisso com a cidadania.

Ao se falar em cidadania necessariamente se deve envolver o valor seguridade social para uma Nação que quer um Estado democrático e social de direito, de tal modo que não se pode desconsiderar a existência de tais conceitos separadamente. Assim, para possibilitar uma melhor compreensão sobre os trabalhos da CSSF neste ano de 2014   necessário,

primeiramente, que se faça um histórico das atividades do período, para que se possa visualizar os objetivos e as ferramentas utilizadas nesta atual gestão para funcionamento da própria Comissão e sua relação com a cidadania.

Deputado Amauri Teixeira

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Seguridade decide aplicação de R\$ 5 milhões para assistência social



A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara aprovou, em 2013, emenda coletiva de R\$ 10 milhões para a área de assistência social e R\$ 5 milhões já foram aprovados no Orçamento da União para 2014. Os recursos seriam destinados aos municípios mais pobres do país tendo como indicador o IDH. No início de 2014, foi decidida a forma para aplicação dos recursos. Os deputados presentes ao encontro decidiram escolher municípios carentes dos estados que representam para receberem os recursos. Estavam representados na reunião: Minas Gerais, Santa Catarina, Alagoas, Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Piauí e Ceará. Do total de R\$ 10 milhões, foram liberados R\$ 5 milhões para investimentos como a construção, por exemplo, de Centros de Referência da Assistência Social (Creas). Esses Centros prestariam serviços como acompanhamento das famílias em situação de risco e vulnerabilidade, de vítimas de violência doméstica, sexual, população de rua, prevenção e cuidado de pessoas em situação de prostituição, jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em regime meio aberto, crianças em situação de abandono, entre outras ações. Os recursos liberados são suficientes para a construção de 11 Creas. Os R\$ 5 milhões restantes são para custeio e dependem ainda de aprovação e transformação em Projeto de Lei. Os recursos das emendas são administrados pelo Fundo Nacional de Assistência Social. Também participou da reunião Dulcelena Alves Vaz Martins, da Secretaria Nacional de Assistência Social.

Clube dos Desbravadores promove campanhas em todo país



A Igreja Adventista do Sétimo Dia mantém, entre suas atividades, uma iniciativa que reúne jovens de 10 a 15 anos em 167 países. São os Clubes de Desbravadores, uma iniciativa que começou em 1919 nos Estados Unidos e hoje tem dois milhões de integrantes. Só no Brasil são 155 mil jovens. Aqui, os Clubes começaram a funcionar em 1959 em Ribeirão Preto (SP). Para discutir a criação, por lei, do Dia do Desbravador, a Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados (CSSF), realizou um seminário em Maceió (AL). O encontro foi solicitado pela deputada Rosinha da Adefal (PTdoB-AL). Rosinha da Adefal tem o Projeto de Lei 6196/2013 que institui o Dia Nacional do Desbravador. O PL foi retirado e agora deve ser reapresentado. A deputada lembra que no dia 25 de abril, adventistas do Sétimo Dia em todo o mundo comemoram o Dia dos Desbravadores, como forma de reconhecer o significativo trabalho social promovido por esses

grupos de jovens, para o bom desenvolvimento da comunidade. “Esses jovens fazem campanhas do agasalho, de prevenção ao uso de drogas e álcool, limpeza de rios e orlas e várias outras atividades junto à população. Esta na hora de mostrar para o Brasil a importância do trabalho dos Desbravadores”, ressalta Rosinha. No Brasil, existem 5.510 Clubes dos Desbravadores, espalhados por várias cidades em todos os Estados da Federação. O pastor Sósthene Andrade afirma que as ações desenvolvidas pelos Clubes ajudam na formação de novos cidadãos. “Esses jovens estão adquirindo um sentido diferente para vida, com pequenas e grandes realizações. Além disso, estamos fortalecendo a formação de caracteres e valores”, destaca.

FAMÍLIA

Seguridade Social aprova projeto de lei que torna hediondo o crime de exploração sexual de menores

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara (CSSF) aprovou o projeto de lei 7.220/2014 do senador Alfredo Nascimento (PR-AM), que classifica como hediondo o crime de favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável. O PL foi relatado pela deputada Benedita da Silva (PT-RJ).

Mulher terá preferência no pagamento de benefícios ambientais e rurais



Foi sancionada a Lei 13.014/14, que dá preferência a mulheres chefes de família no recebimento dos benefícios dos programas de Apoio à Conservação Ambiental e de Fomento às Atividades Rurais. Esses programas, instituídos pela Lei 12.512/11, destinam recursos a famílias em situação de extrema pobreza que atuem em atividades de preservação do meio ambiente ou agricultura familiar. A nova lei, que entra em vigor em 90 dias, tem origem em projeto apresentado pelo senador Paulo Bauer (PSDB-SC). A proposta (PL 4284/12) chegou a ser alterada na Câmara, mas os senadores rejeitaram as mudanças e mantiveram o texto original, enviado à sanção presidencial. De acordo com a norma sancionada, a mulher receberá preferencialmente, pela família, valores referentes a benefícios eventuais, ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) e a projetos de enfrentamento da pobreza, previstos na Lei Orgânica de Assistência Social (Loas). Essa preferência já é aplicada no pagamento da Bolsa Família. Segundo o deputado Amauri Teixeira (PT-BA), presidente da Comissão de Seguridade Social e Família, a lei dá continuidade a uma série de medidas que privilegiam o papel feminino na gestão da renda familiar. "Há um consenso de que a mulher tende a proteger mais a família do que o homem", disse.

Comissão aprova presença obrigatória de advogado em depoimento de adolescente infrator

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 5876/13, da deputada Luiza Erundina (PSB-SP), que torna obrigatória a presença de um advogado durante o depoimento de adolescente apreendido por ato infracional. Pelo projeto, caso o adolescente não tenha advogado constituído, um defensor público deverá ser nomeado previamente pelo juiz da Infância e da Juventude. O juiz que exercer essa função poderá também acompanhar o adolescente, caso um defensor público não seja nomeado. Atualmente, o Estatuto da Criança e do Adolescente determina que um representante do Ministério Público ouça o adolescente logo após a sua apreensão, sem a necessidade da presença de um advogado.

Seguridade aprova projeto que pode alterar Código de Defesa do Consumidor

O Projeto de Lei 3.650/12 da deputada Manuela D'Ávila (PC do B-RS), foi aprovado pela CSSF. O PL acresce artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, para tipificar a obtenção de vantagem pelo encaminhamento de procedimentos, pela comercialização de medicamentos, órteses, próteses ou implantes de qualquer natureza.

CSSF analisa políticas públicas para mulheres em situação de vulnerabilidade

Para debater questões que impactam na saúde das mulheres vulneráveis, que são aquelas que têm acesso restrito às políticas sociais, à urbanidade, ao trabalho, à saúde, e à educação, a Comissão de Seguridade Social e Família fez uma audiência pública. Fazem parte do grupo de mulheres vulneráveis, por exemplo, as mulheres adolescentes, usuárias de drogas, moradoras de rua e presidiárias. “Grandes avanços para a melhoria da qualidade de vida das mulheres brasileiras já foram conquistados. Entretanto, as desigualdades entre os gêneros ainda são muitas. Com relação à saúde, os desafios são ainda maiores quando se leva em conta as especificidades relacionadas ao sexo feminino”, explica a coordenadora da Bancada Feminina, deputada Jô Moraes (PCdoB-MG), que pediu o debate. O debate também abordou as taxas de mortalidade materna. Dados de 2006, do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC), mostram que, 51,4% dos nascidos vivos eram filhos de mães com idade até 24 anos. Por outro, foi destacado o cumprimento, pelo Brasil, da meta do milênio, que previa a redução das taxas de mortalidade.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

CPI do Trabalho Infantil pede apoio da Seguridade Social



O presidente da CSSF, deputado Amauri Teixeira (PT-BA), encaminhou para a deputada Jandira Feghalli (PCdoB), ofício da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar a Exploração do Trabalho Infantil no Brasil (CPI do Trabalho Infantil). A deputada é relatora do Projeto de Lei 5.829/2013 que tem como apensado o Projeto de Lei 6.258/2013. O PL 5.829/2013 é de autoria do deputado Dr. Jorge Silva (PROS-ES) e institui a Certidão Negativa de Utilização Ilegal do Trabalho da Criança e do Adolescente. A Certidão beneficiaria empresas que cumprem o inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e seria obrigatória, por exemplo, para obtenção de empréstimos ou financiamentos em instituições públicas federais, e também para obtenção de isenções, subsídios, auxílios ou qualquer outro benefício concedidos pela administração pública. O PL 6.258/2013 da deputada Sandra Rosado (PSB-RN), institui o Selo Social de Proteção da Criança e do Adolescente. O documento distinguirá empresas e instituições que não utilizam no processo produtivo ou nos dos fornecedores diretos, mão de obra baseada no trabalho infantil.

CSSF aprova projeto de lei que garante recursos para atendimento a idosos

O plenário da Comissão de Seguridade Social e Família aprovou quatro projetos de lei. O PL 1.298/13, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Québec, celebrado em Brasília, em 26 de outubro de 2011. Também foi aprovado o projeto de lei 5.596/09, do deputado Moreira Mendes, que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, dispondo sobre a condução de escolares. O PL obriga a presença de um auxiliar para os estudantes durante a circulação do transporte escolar. Na mesma reunião ordinária ainda aprovou o projeto de lei 7.664/10 do deputado Ribamar Alves, que altera a Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. O PL garante a aplicação de um percentual anual dos valores arrecadados ao Fundo do Idoso de cada município. A Seguridade Social aprovou também o projeto de lei 5.028/13, do deputado Décio Lima, que determina a adoção de número único para ouvidorias da saúde.

Audiência pública mostra situação do quadro de servidores do INSS



A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara (CSSF) fez audiência pública para debater a falta de servidores e o planos de expansão do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O encontro foi solicitado pelo presidente da CSSF, deputado Amauri Teixeira (PT-BA). O deputado lembrou que a administração federal já chamou, nos últimos oito anos, cerca de 5 mil muitos novos servidores concursados, além de acabar com as filas na agências, que também foram modernizadas. Amauri destacou, ainda, que 702 novas agências do INSS devem ser abertas em pouco tempo.

Presidente da CSSF defende aprovação da PEC que prevê fim da contribuição de inativos

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara (CSSF) fez audiência pública para debater a proposta que revoga a cobrança de contribuição previdenciária sobre os proventos dos servidores públicos aposentados. O debate foi solicitado pelo presidente da CSSF, deputado Amauri Teixeira (PT-BA) e pelo deputado João Ananias (PCdoB-CE). Pelo texto da PEC 555/06, ficariam isentos da contribuição previdenciária os servidores aposentados e pensionistas da União, Estados, Distrito Federal e municípios. A proposta revoga o artigo 4º da Emenda 41, que institui a cobrança sobre os proventos dos servidores inativos e pensionistas.

Presidente da CSSF pede Comissão Geral para debater acidentes de trabalho

A cada minuto acontecem cinco acidentes de trabalho no Brasil. Por hora de trabalho são 284 acidentes. A cada ano 700 mil. Os números são do Ministério da Previdência Social e foram apresentados na audiência pública realizada pela Comissão de Seguridade Social e Família para debater os impactos sociais sobre a folha da Previdência Social, e sobre as despesas do SUS, dos acidentes de trabalho no Brasil e na Bahia. O presidente da CSSF, deputado Amauri Teixeira (PT-BA), ressaltou que os acidentes de trabalho geram um impacto de R\$ 70 milhões na folha de benefícios da Previdência Social, além dos custos para o SUS. “Muitos trabalhadores vão parar em Unidades de Tratamento Intensivo que custam até dois mil reais por dia. Além das aposentadorias precoces por incapacidade e, talvez o mais grave e triste, a morte de trabalhadores em acidentes. Uma situação que destrói famílias que passam a receber uma pensão vitalícia”, destacou Amauri. Durante a audiência, o deputado fez o pedido de uma Comissão Geral no Plenário da Câmara, para debater o tema.

CSSF vai ao sul da Bahia e discute problemas causados pela monocultura do eucalipto



A Comissão de Segurança Social e Família da Câmara dos Deputados (CSSF), esteve em Teixeira de Freitas, sul da Bahia, e debateu os impactos causados pela monocultura do eucalipto na região. Foram discutidos temas como saúde do trabalhador e os impactos econômicos e socioambientais. A discussão foi solicitada pelos deputados federais Amauri Teixeira (PT-BA) e Dr. Rosinha (PT-PR) e

aconteceu no auditório da Câmara de Vereadores. Participaram do seminário, Jorge Huet Machado, do Ministério da Saúde; Edinaldo Rezende dos Santos, vereador e presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Teixeira de Freitas; Marcelo Souza Lima, auditor fiscal da Delegacia Regional do Trabalho da Bahia; Silvanio de Oliveira, do Sindicato de Trabalhadores na Silvicultura, no Plantio nos tratos Culturais, Extração e Beneficiamento da Madeira em Atividades Florestais e Industriais Moveleiras do Extremo Sul da Bahia (SINTREXBEM); Wilson Andrade, diretor executivo da Associação Baiana das Empresas de Base Florestal (ABAF); Ailton Queiroz Lisboa, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado da Bahia (FETAG-BA) e João Luiz Montes, presidente da Fundação Padre José Koopmans. Segundo o deputado Amauri Teixeira, presidente da CSSF, a Bahia possui vários polos regionais de monocultura que usam agrotóxicos. E esse uso intensivo contamina a água e o solo, além de aumentar a incidência de doenças cancerígenas e neurológicas. Ainda de acordo com Amauri, em alguns municípios do sul baiano a monocultura do eucalipto chega a 85 % da área total, sem contrapartida na qualidade de emprego e de vida. Como consequência houve a extinção de outras culturas como a fruticultura, que era forte na região. "Não somos contra a produção de celulose, mas queremos uma produção com sustentabilidade, com uso de agrotóxicos limitado e monitorado pelos órgãos responsáveis. Tenho um projeto de lei que disciplina o uso de agrotóxicos, inclusive com rastreio das embalagens através de chip" destaca Amauri. Amauri Teixeira também afirma que mais encontros como o realizado em Teixeira de Freitas podem ser realizados este ano. Ele defende a presença do Congresso nos locais onde estão os problemas enfrentados pelas comunidades.

Presidente da CSSF pede cuidado na análise de mudanças na jornada de trabalho de caminhoneiros e motoristas



O presidente da Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), deputado Amauri Teixeira (PT-BA), alerta que as mudanças previstas em Projeto de Lei que tratam da jornada de trabalho de caminhoneiros e motoristas, podem ser alteradas, já que ainda serão analisados os destaques apresentados, que podem reincluir ou retirar emendas. O Plenário da Câmara aprovou o texto base do Projeto de Lei nº 4246/2012 e 5943/2013, que altera as legislações voltadas para essas categorias. Para Amauri Teixeira, um dos pontos mais polêmicos refere-se à jornada de trabalho e a potencial precarização da categoria. O deputado afirma que o tema é polêmico e divide os próprios trabalhadores que, ora defendem a regulamentação da jornada de trabalho, ora defendem a flexibilização da jornada. “A flexibilização da jornada de trabalho gera um grave problema: além de desrespeitar a legislação trabalhista, colabora para o aumento do índice de acidentes nas rodovias federais e estaduais. Sabemos que os motoristas são cobrados para cumprir o prazo de entrega. Então, mesmo com a lei em vigor, sabe-se da pouca fiscalização”, destaca Amauri.

Presidente da CSSF quer melhorar PL sobre aposentadoria especial para servidores públicos

O presidente da Comissão de Seguridade Social e Família, deputado Amauri Teixeira (PT-BA), esteve com representantes de servidores estaduais e federais para ouvir a categoria sobre o Projeto de Lei 147/12 e seu substitutivo, que é uma emenda que promove alterações substanciais no texto original. O PL, de autoria do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), é relatado pelo presidente da CSSF. O Projeto de Lei trata da aposentadoria especial para o servidor público federal, estadual e municipal, cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, de acordo com a Constituição Federal. Seriam caracterizadas como condições especiais que prejudicam a saúde ou a integridade física, a exposição a agentes físicos, químicos, biológicos ou a associação desses agentes. O presidente da CSSF considera que é preciso aprimorar o substitutivo. “Temos que ouvir todos os segmentos envolvidos nessa questão e que seriam atingidos pelo que propõe, tanto o Projeto de Lei como o substitutivo. Inclusive ouvir também as áreas do governo que seriam responsáveis pelo cumprimento da lei, para que não haja nenhum tipo de prejuízo para os trabalhadores”, observa o deputado.

CSSF aprova Projeto de Lei que isenta obras de habitação popular da contribuição à Seguridade Social

O plenário da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara (CSSF) aprovou o Projeto de Lei 6.083/13, do deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), que altera o inciso VIII do art. 30 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, “para isentar da contribuição à Seguridade Social as obras de habitação popular, nos termos que estabelece, se executadas pelas entidades que menciona”.

Seguridade aprova isenção previdenciária para casa popular com mão de obra remunerada

A Comissão de Seguridade Social e Família aprovou o Projeto de Lei 6083/13, do deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), que isenta de contribuições previdenciárias quem construir residências populares de até 70 m², mesmo com o uso de mão de obra remunerada. A legislação vigente concede isenção das contribuições apenas quando as casas populares são construídas por mão de obra não assalariada, ou seja, pelo próprio dono ou em regime de mutirão.

Trabalhador rural de sisal poderá ter aposentadoria especial



A Comissão de Seguridade Social e Família aprovou o texto final do Projeto de Lei Complementar 400/14, do deputado Amauri Teixeira (PT-BA), que confere aposentadoria especial ao trabalhador rural da agroindústria do sisal. Planta de origem mexicana, o sisal é utilizado na produção de fios, cordas e tapetes. Atualmente o Brasil é o maior produtor de sisal do mundo – 90% da fibra nacional estão concentradas na Bahia.

Pela proposta, o trabalhador rural com deficiência física ou doença profissional decorrente do trabalho na indústria sisaleira poderá se aposentar voluntariamente, independentemente de idade, tempo de serviço ou eventual retorno ao serviço. O benefício será concedido sem enquadrar o trabalhador na aposentadoria por invalidez.

SAÚDE

Profissionais da saúde debatem Projeto de Lei com presidente da CSSF

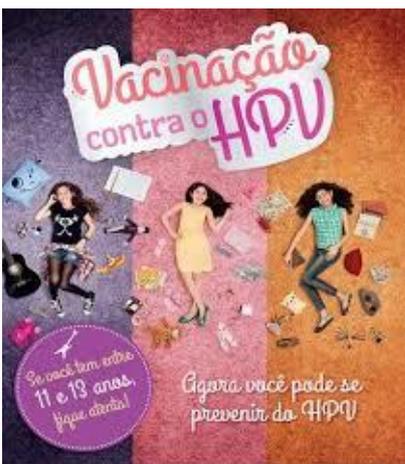


Representantes de várias categorias profissionais ligadas à saúde estiveram com o presidente da CSSF, deputado Amauri Teixeira (PT-BA). No encontro, foi debatido o Projeto de Lei 6126/2013, que regulamenta o exercício da medicina. O PL foi aprovado com vetos pela presidente Dilma Rousseff em julho do ano passado e voltou para o Congresso para nova apreciação. O Projeto de Lei provocou reações em categorias como enfermeiros, fisioterapeutas, e psicólogos, por estabelecer uma série de procedimentos como exclusivos de médicos diplomados. Na reunião com o deputado Amauri Teixeira, os profissionais argumentaram que o PL pode trazer problemas para o trabalho diário das equipes de saúde, em hospitais e postos de saúde, por exemplo. Além de ferir a integralidade da assistência em saúde prevista pelo SUS. O Projeto de Lei está na Comissão de Seguridade Social e Família.

CSSF participa de jornada do Conselho Nacional de Saúde

O Conselho Nacional de saúde promoveu, em Brasília, a Jornada das Comissões, que reúne cerca de 200 representantes das comissões vindos de todo o país. O presidente da Comissão de Seguridade Social da Câmara dos Deputados, deputado Amauri Teixeira (PT-BA), participou do encontro. Entre os temas discutidos, saúde indígena, saneamento e meio ambiente, questões ligadas à população negra, ciência e tecnologia e saúde mental. O Conselho tem hoje 26 comissões.

Presidente da CSSF alerta sobre importância da campanha de vacinação contra o HPV



O deputado Amauri Teixeira (PT-BA), presidente da CSSF, ressaltou a importância da vacinação contra o HPV, iniciada pela administração federal em 2014. A meta é vacinar pelo menos 80 por cento do grupo alvo, que em 2014 é de 5,2 milhões de adolescentes de 11 a 13 anos. A vacina previne o câncer de colo de útero. Cada menina deve receber três doses da vacina para ser imunizada contra o HPV. Após a primeira dose, a segunda vai ocorrer em seis meses e a terceira, 60 meses após a primeira dose (cinco anos). A vacina tem eficácia comprovada para mulheres que ainda não iniciaram a vida sexual e, por isso, não tiveram nenhum contato com o vírus. A vacina contra o HPV que será distribuída no SUS é a quadrivalente, que previne contra quatro tipos do vírus. Dois deles respondem por 70 por cento dos casos de câncer de colo de útero, responsável atualmente por 95 por cento dos casos de câncer no Brasil. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), 291 milhões de mulheres no mundo são portadoras do HPV. No Brasil, a cada ano, 685, 4 mil pessoas são infectadas por algum tipo do vírus.

CSSF destaca importância de campanhas para combater preconceito à síndrome de Down



No Dia Internacional da Síndrome de Down, a CSSF alertou que é preciso fazer campanhas e debates para ajudar a combater o preconceito ainda existente na sociedade, mostrar adolescentes e adultos independentes, que conseguem trabalhar e levar uma vida normal mesmo que tenham a síndrome. A síndrome é a ocorrência genética mais comum que existe, acontecendo em cerca de um a cada 700 nascimentos, independentemente de raça ou condição econômica da família. O diagnóstico é feito durante a gestação com ultrassom morfológico fetal que pode sugerir a presença da síndrome. A confirmação é pelo exame de amniocentese.. Depois do nascimento, o diagnóstico clínico é comprovado pelo estudo dos cromossomos, que também ajuda a determinar o risco, em geral baixo, de recorrência da alteração em outros filhos do casal. Esse risco aumenta, quando a mãe tem mais de 40 anos.

Especialistas defendem mamografia a partir dos 40 anos



Para debater a aplicação da portaria 1.253/2013 do Ministério da Saúde que trata sobre procedimentos, diagnósticos e investigação do câncer de mama, a Comissão de Seguridade Social e Família fez audiência pública. Em 2014 devem surgir no Brasil, de acordo com o Instituto Nacional do Câncer (Inca), 57.120 novos casos de câncer de mama. Em 2011, a doença matou mais de 13 mil mulheres e é a primeira causa de morte por câncer na população feminina brasileira, com 11,88 óbitos/100.000 mulheres em 2011. As regiões Sudeste e Sul são as que apresentam as maiores taxas, com 13,67 e 13,18 óbitos/100.000 mulheres em 2011, respectivamente. O diagnóstico precoce da doença é fundamental para um tratamento eficaz e prognóstico bom. A mortalidade ainda alta no Brasil acontece porque a doença ainda é diagnosticada em estádios avançados. Na população mundial, a sobrevida média após cinco anos é de 61 por cento. Relativamente raro antes dos 35 anos, acima desta faixa etária a incidência cresce de forma rápida e progressiva. Estatísticas indicam aumento da incidência tanto nos países desenvolvidos quanto nos em desenvolvimento. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), nas décadas de 60 e 70 registrou-se um aumento de 10 vezes nas taxas de incidência da doença, em diversos continentes.

Parlamentares de Moçambique trocam experiências sobre HIV-Aids com integrantes da Seguridade Social



O presidente da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara, deputado Amauri Teixeira (PT-BA), recebeu a visita de uma comitiva de parlamentares de Moçambique. O objetivo foi conhecer os programas do governo brasileiro e as iniciativas do Congresso no combate a Aids. Amauri destacou as campanhas de prevenção da administração federal, a ampla distribuição gratuita de preservativos e seringas descartáveis e o programa de distribuição de medicamentos, o chamado “coquetel”, também gratuitamente, para milhares de soropositivos. Um programa que já é referência no mundo todo. A comitiva era formada pelos deputados Caifadine Manasse, Beatriz Ajuda, Azevedo Mussiroba e Danilo Ragú, todos da Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique). Também no grupo, o deputado Saimone Macuiana, da Renamo (Resistência Nacional Moçambicana), presidente do gabinete parlamentar de prevenção ao HIV e Aids da Assembleia da República de Moçambique.

Seguridade Social aprova Projeto de Lei que facilita importação de material para pesquisa científica

Em reunião ordinária o plenário da CSSF aprovou o Projeto de Lei 4.411/12 do deputado Romário (PSB-RJ) que prevê a eliminação da burocracia de importação de mercadorias destinadas à pesquisa científica e tecnológica através da criação, pelo CNPq, de um cadastro nacional de pesquisadores que teriam liberação imediata das mercadorias a eles destinadas. O PL foi relatado pela deputada Mara Gabrielli (PSDB-SP). Também foi aprovado o PLS 406/2011 da senadora Ana Amélia (PP-RS) que trata sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do SUS para assegurar o atendimento às mulheres com deficiência. O deputado Paulo Rubem Santiago (PDT-PE) foi relator. O Projeto de Lei 4.701/12, da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) também foi aprovado. Ele institui o Dia Nacional de Doação de Leite Humano e a Semana Nacional de Doação de Leite Humano, a serem comemorados anualmente. O PL foi relatado pelo deputado Mannato (SDD-ES).

Seguridade Social discute financiamento da saúde com ministro Arthur Chioro



O presidente da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara, deputado Amauri Teixeira (PT-BA), e cerca de 40 parlamentares integrantes da CSSF foram recebidos pelo ministro da Saúde, Arthur Chioro. Para Amauri Teixeira, o encontro foi uma forma de esclarecer várias questões sobre financiamento do setor, aproximar o Executivo do Legislativo e uma demonstração do empenho da

Administração Federal em conversar com deputados de várias tendências políticas. "Temos que dialogar para encontrar uma fonte de financiamento para a saúde. Sou autor de um projeto de lei que cria a Contribuição Social para a Saúde-CSS. A reunião com o Ministro da Saúde é uma forma de discutir com seriedade e sem demagogia. Queremos encontrar uma fórmula que realmente resolva essa questão", ressalta o deputado. Sobre as emendas de custeio, o Ministro esclareceu que todas estão sendo analisadas pela equipe de técnicos do Ministério e novos encontros com os deputados devem ser feitos para esclarecer as formas de aplicação dos recursos. Ele disse que quer agilizar e simplificar os processos de trabalho na administração pública e simplificar o diálogo com as demais esferas de governo e descentralizar algumas decisões. Dessa forma, espera liberar a aplicação dos recursos sugeridos pelos parlamentares o mais breve possível.

Seguridade Social aprova Projeto de Decreto que beneficia pacientes com câncer

A CSSF aprovou o Projeto de Decreto Legislativo 1.293/13, da deputada Carmen Zanotto (PPS-SC) que susta a aplicação de um artigo de Portaria do Ministério da Saúde, que dispõe sobre o primeiro tratamento de paciente com neoplasia maligna comprovada e estabelece prazo para seu início. Com a aprovação do Decreto, os pacientes com câncer devem receber tratamento prioritário e com maior antecedência. A CSSF também aprovou o Projeto de Lei 7.787/10, do Senado Federal, que "revoga o artigo 1.520 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para excluir a possibilidade de extinção da punibilidade criminal pelo casamento. Outra iniciativa dos parlamentares da CSSF foi aprovar a Proposta de Fiscalização e Controle 134/13, da deputada Nilda Gondim (PMDB-PB), que requer que a Comissão de Seguridade Social e Família efetue fiscalização e controle, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, para investigar a aplicação dos recursos federais repassados ao governo do Estado do Amapá, destinados à construção de prédio a abrigar as atividades do Centro de Atendimento à Mulher e à Família no Município de Santana. Também da deputada Nilda Gondim, foi aprovada a Proposta de Fiscalização e Controle 135/13, que solicita que a CSSF efetue fiscalização e controle, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, para investigar denúncias sobre a não prestação do exame preventivo ginecológico PCCU na rede pública de saúde de municípios do Amapá.

Brasil é exemplo mundial no acesso a medicamentos contra a Aids, mas há novos desafios para outras doenças



O acesso a medicamentos essenciais a preços justos é uma luta enfrentada principalmente por países em desenvolvimento. Para discutir recomendações que garantam esse acesso como medida integral para saúde como Direito Humano, foi realizada uma audiência pública. Solicitado pela deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), o encontro também debateu o trabalho da organização Medicamentos para Doenças Negligenciadas. Jorge Bermudez, vice-presidente da Fundação Oswaldo Cruz, lembrou que, há quinze anos, 39 empresas farmacêuticas moveram ações contra o governo na África do Sul pela quebra de patentes de remédios contra a Aids. “Foi um enfrentamento entre a indústria e a necessidade dos povos que precisam de remédios a baixo custo. Saúde versus comércio. E esse processo teve como referência a campanha HIV-Aids do Brasil e a forma de compra de remédios pelos SUS”, destaca Bermudez. A consultora independente Eloan Pinheiro alerta para uma nova pandemia. A hepatite C, que atinge 185 milhões de pessoas no mundo e três milhões no Brasil. Do total, só 11 milhões recebem tratamento a baixo custo. No Brasil, o custo para tratamento chega a 13 mil reais por mês. Brook Baker, da University School of Law (Boston-EUA), afirma que a saúde é um direito humano. Ele lembra que segundo a Organização Mundial da Saúde, a saúde é um direito de todos os seres humanos sem distinção de raça ou condição social.

Comissão aprova política nacional para pacientes com doenças raras no SUS

A Comissão de Seguridade Social e Família aprovou na última quarta-feira (2) proposta que institui a Política Nacional para Doenças Raras no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). A proposta define como doença rara aquela que afeta até 65 em cada 100 mil pessoas. O objetivo da política será proporcionar a esses pacientes acesso a tratamentos, inclusive aos disponíveis no mercado quando for o caso, e garantir o acesso aos chamados medicamentos órfãos – ou seja, aqueles destinados ao tratamento de doenças raras, que despertam pouco interesse da indústria farmacêutica, em virtude do pequeno número de doentes afetados. A política visará, portanto, acelerar a disponibilização, no mercado nacional, e a incorporação, no âmbito do SUS, desses medicamentos.

Deputado aponta “máfia das órteses e próteses” em debate da CSSF



A CSSF promoveu um debate sobre a fixação de preços, distribuição e direcionamento da demanda das órteses e próteses no Brasil. O debate faz parte da iniciativa de realizar, antes das reuniões ordinárias, discussões sobre temas da área de abrangência da CSSF. A Comissão é presidida pelo deputado Amauri Teixeira (PT-BA). De acordo com Raimundo Viana de Macedo, pediatra e presidente da Unimed Santos, o fornecimento desse tipo de material

enfrenta problemas por causa dos altos preços cobrados pelos fabricantes. Ele citou o exemplo de um parafuso para fratura de cotovelo. O mesmo produto, importado da França, pode custar entre R\$ 11 mil e R\$ 19 mil. O valor inclui os impostos de importação. “Gastamos R\$ 48 milhões de reais nos últimos meses com a compra de órteses e próteses. São valores injustos. Esse valor é um terço do que custaria a construção de um hospital inteiro”, afirma o médico. Para o deputado Rogério Carvalho (PT-SE), que solicitou o debate, existe uma verdadeira “máfia das órteses e próteses” atuando no Brasil. Ele afirma que nos hospitais faltam vagas para operar pacientes que não utilizam órteses e próteses. No caso contrário, existe vaga para usar a sala cirúrgica. “O critério é a lucratividade que o procedimento pode gerar para o estabelecimento e para o profissional. Existem casos que médicos recebem cartões de crédito corporativos vinculados aos lucros que eles geram para os fabricantes. Também chamam atenção os hospitais que recebem os produtos em consignação e ganham entre 20 e 30 por cento das empresas para armazenar e repassar órteses e próteses”, denuncia Rogério Carvalho.

Seguridade Social aprova PL que obriga ter ambulância e profissional da saúde em locais com aglomeração de pessoas

O plenário da CSSF aprovou o Projeto de Lei 5.088/13, do deputado Onofre Santo Agostini (PSD-SC) que torna obrigatória a permanência de ambulância de resgate e de profissional da área da saúde em lugares com grandes aglomerações de pessoas. O PL foi relatado pelo deputado Eleuses Paiva (PSD-SP).

CSSF recebe especialista americano na luta contra o tabagismo

A visita de Matt Myers. Ele lidera há muitos anos uma série de atividades contra o tabagismo. Na década de 80, Myers foi atuante no processo para que houvesse aumento de preços e impostos dos cigarros e fosse interrompido o subsídio aos fumicultores, sendo destinado a outras plantações. Também atuou pela proibição da propaganda de cigarros em rádios e TVs, pelas imagens de advertência sobre os riscos nos maços e para que o fumo fosse proibido em voos comerciais.

Seguridade Social forma grupo de trabalho sobre doença que atinge 10 milhões de brasileiras

O presidente da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara, deputado Amauri Teixeira (PT-BA), criou, nesta terça-feira (6), o Grupo de Trabalho da Endometriose. Os trabalhos serão coordenados pelo deputado Alexandre Roso (PSB-RS). Fazem parte do Grupo de Trabalho os deputados Jô Moraes (PCdoB-MG), Marcos Montes (PSD-MG), Mandetta (DEM-MS), Janete Pietá (PT-SP), Benedita da Silva (PT-RJ), Rosane Ferreira (PV-PR), Gorete Pereira (PR-CE), Darcísio Perondi (PMDB-RS), Rogério Carvalho (PT-SE) e Rosinha da Adefal (PTdoB-AL).

Ministro destaca geração de emprego em audiência pública

De janeiro de 2013 a março de 2014 foram gerados no país cerca de 4,8 milhões de postos de trabalho formais. No mesmo período os setores que mais contrataram foram o de serviços com quase 2,5 milhões de postos e o comércio, com 1 milhão. Um aumento de dez por cento se comparados ao mesmo intervalo de tempo, entre 2011 e



2012. As informações são do ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias, que participou de uma audiência pública conjunta das Comissões de Seguridade Social e Família, e de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados. O debate foi solicitado pelos deputados Ronaldo Caiado (DEM-GO) e André Figueiredo (PDT-CE). Quatorze deputados fizeram perguntas ao ministro.

Três milhões de brasileiros estão infectados pela hepatite C, mas não sabem que têm o vírus



De acordo com o Ministério da Saúde, os cinco tipos de hepatite virais (A,B,C,D e E) já atingiram, desde 1999, quase 400 mil pessoas no país. Esses, são os casos confirmados da doença, com pacientes que apresentaram sintomas. Mas o desafio para os especialistas é o grande número de pessoas que estão infectadas e não sabem. E essa situação atinge principalmente a hepatite C. Segundo o Departamento de Hepatites Virais do Ministério, são 3 milhões de infectados. Para debater essa situação e outros problemas relacionados às hepatites virais, a Comissão de Seguridade Social e Família fez, uma audiência pública reunindo especialistas, pacientes e

ONGs. Ainda segundo dados do Ministério da Saúde, o tipo mais comum é a hepatite A que, nesse período, atingiu 138.305 pessoas. Em segundo, a hepatite B com 120.343 casos.

Terapia comunitária pode ajudar em políticas públicas para saúde e educação

A Terapia Comunitária Integrativa é uma metodologia criada há 27 anos pelo psiquiatra e antropólogo Adalberto Barreto, da Universidade Federal do Ceará, e aplicada pela primeira vez na favela de Pirambu, em Fortaleza. Além do Brasil, ela vem sendo aplicada em vários países, como França, Moçambique, Alemanha e Equador. A TCI, como é chamada, atua em diversas áreas, como social, saúde e educação. E para discutir como esse tipo de terapia pode ajudar na elaboração de políticas públicas para essas áreas, a Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) fez uma audiência pública. O debate foi solicitado pelos deputados Amauri Teixeira (PT-BA), presidente da CSSF, e Iara Bernardi (PT-SP).

Especialistas alertam sobre desrespeito às leis e doenças provocadas por agrotóxicos em audiência pública

O Brasil é um dos maiores produtores de alimentos, mas é também o maior consumidor mundial de agrotóxicos. Em 2012 usou 1,05 bilhões de litros destes produtos nas lavouras. Dissolvidos em água para pulverização, atingem 100 bilhões de litros de calda tóxica. Só em Mato Grosso, dos 141 municípios, 54 possuem grandes monoculturas de soja e algodão, por exemplo. Estes municípios produzem 70 % dos produtos agrícolas do país e consomem percentual igual dos agrotóxicos e fertilizantes químicos usados em suas lavouras e pastagens. De acordo com o médico e professor da Universidade Federal de Mato Grosso, Wanderlei Pignati existe, não só em Mato Grosso, mas em todo país, um total desrespeito às leis que normatizam o uso de agrotóxicos. “Hoje, são feitas pulverizações a menos de dez metros de fontes de água potável, de córregos, da criação de animais e de residências. No Mato Grosso, não se cumpre decretos que proíbem a pulverização por trator a 90 metros destes locais e a instrução normativa do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) que proíbe pulverização aérea a 500 metros dos mesmo locais. Ninguém respeita e isso no Brasil todo”, alerta Pignati. O especialista foi um dos participantes da audiência pública promovida pela Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara.

CSSF instala subcomissão para avaliar a saúde da população negra

Foi instalada a Subcomissão Especial destinada a avaliar a implementação da Política Nacional da Saúde da População Negra. Fazem parte do grupo, como titulares, os deputados Benedita da Silva (PT-RJ), Dr. Rosinha (PT-PR), Amauri Teixeira (PT-BA), Jô Moraes (PC do B-MG), Paulo Rubem Santiago (PDT-PE) e Rosane Ferreira (PV-PR). A Política Nacional da Saúde da População Negra é coordenada pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR), da administração federal. O principal

objetivo é promover a saúde integral da população negra, priorizando a redução das desigualdades étnico-raciais, o combate ao racismo e à discriminação nas instituições e serviços do SUS.

Seminário em Salvador debate agrotóxicos, monoculturas e o agronegócio



O setor florestal madeireiro é um dos mais desenvolvidos e competitivos do mundo. Segundo a Embrapa Floresta, o Brasil tem uma área de aproximadamente 851 milhões de hectares e conta com aproximadamente 523,7 milhões de hectares de florestas. Desse total 6,7 milhões de hectares são áreas plantadas

do agronegócio florestal. Um terço dessa área, cerca de 2,1 milhões de hectares, é de monocultura do eucalipto. E as áreas de monocultura levam o país a um triste recorde, o de maior consumidor mundial de agrotóxicos. Em 2013 atingiu a marca de 1 bilhão de litros. Para discutir os impactos socioeconômicos da monocultura pelo agronegócio e o uso de agrotóxicos, a Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados (CSSF) fez em Salvador (BA), um seminário reunindo representantes de segmentos envolvidos com o setor. O debate foi realizado em parceria com os Programas de Pós-Graduação em Geografia e Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal da Bahia.

Especialistas levantam os desafios da pediatria no país

O Brasil conseguiu, em 22 anos, reduzir a mortalidade infantil em 77%. A Região Nordeste teve a maior queda, passando de 89% para 19%. Mas outros desafios relacionados à saúde infantil continuam preocupando especialistas, tanto do setor público como privado. Para debater a situação da pediatria no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Saúde Suplementar, a Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara (CSSF) fez uma audiência pública. O deputado Antonio Brito (PTB-BA), que pediu o debate, destacou a falta de profissionais na área de pediatria e a baixa remuneração desses especialistas, principalmente se comparada a outras áreas da medicina. Ele também alertou para a falta de condições adequadas de trabalho e o número excessivo de atendimentos por jornada dos pediatras, e apontou uma relação problemática entre esses médicos e os planos de saúde.

Seminário aponta alternativas à produção do tabaco e perigos para a saúde dos consumidores e trabalhadores



A Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT) é o primeiro tratado internacional de saúde pública da história da Organização Mundial da Saúde. A CQCT foi adotada em 21 de maio de 2003 e entrou em vigor em 27 de fevereiro de 2005. É o tratado que agregou o maior número de adesões na história da Organização das Nações Unidas. Até 31 de março de

2014, 178 países ratificaram sua adesão a esse tratado. A Convenção-Quadro determina a adoção de medidas intersetoriais nas áreas de propaganda, publicidade, patrocínio, advertências sanitárias, tabagismo passivo, tratamento de fumantes, comércio ilegal e preços e impostos. Os artigos 17 e 18 da Convenção-Quadro tratam, respectivamente, de apoio a atividades alternativas à produção e de apoio e proteção ao meio ambiente e à saúde das pessoas. Para debater esses artigos as Comissões de Seguridade Social e Família e de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural realizaram um seminário conjunto. O Seminário foi solicitado pelos deputados Darcísio Perondi (PMDB-RS) e Luiz Carlos Heinze (PP-RS). Para o presidente da CSSF, deputado Amauri Teixeira (PT-BA), todos os aspectos da produção de tabaco devem ser respeitados e sempre levando em conta os impactos na saúde na pública. “Temos construir um diálogo para a substituição da produção de tabaco. Uma substituição não autoritária, mas ampla e discutida com todos os segmentos. Respeitando os pequenos produtores, criando políticas de indução e sempre tendo como alvo a saúde da população”, destacou. O deputado também lembrou a experiência bem sucedida com a cultura do fumo na Bahia que foi parcialmente substituída pela fruticultura.

Comissões debatem acesso a medicamentos não vendidos no Brasil

As Comissões de Seguridade Social e Família, e de Defesa do Consumidor fizeram uma audiência pública conjunta para tratar do acesso a medicamentos não comercializados no Brasil pela ausência de autorização da Anvisa. O debate foi solicitado pelos deputados Júlio Delgado (PSB-MG), Alexandre Roso (PSB-RS) e Paulo Foletto (PSB-ES). A CSSF é presidida pelo deputado Amauri Teixeira (PT-BA). Os parlamentares lembraram que a dificuldade de acesso a medicamentos inovadores, principalmente aqueles destinados ao diagnóstico, prevenção ou tratamento de doenças potencialmente fatais ou muito

graves, ou de perturbações raras representa um problema grave na vida de pacientes sem alternativas terapêuticas bem sucedidas com medicamentos comercializados regularmente no Brasil.

Consumo exagerado e errado de antibióticos vira caso de saúde pública

O uso exacerbado e errado de antibióticos resultou no aparecimento das chamadas bactérias



multirresistentes. E, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), 60% das pessoas que adquirem uma bactéria multirresistente morrem. A situação virou um caso de saúde pública não só no Brasil, mas em todo mundo. Para debater a regulamentação e o controle do uso indiscriminado de antibióticos a Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara

fez audiência pública. O debate foi solicitado pelo deputado Amauri Teixeira (PT-BA), que também preside a CSSF. Márcia Gonçalves de Oliveira, gerente de farmacovigilância da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), explicou a normatização do consumo através na RDC 20/2011, que controla a venda e uso de medicamentos antimicrobianos associados ou não a outros remédios. “Criamos um mecanismo de controle e monitoramento. Agora, a farmácia deve mandar para a Anvisa, em até sete dias, os dados sobre a venda de antibióticos como idade e sexo do consumidor e qual tipo do medicamento foi vendido. Assim, queremos diminuir a automedicação, a redução dos casos de resistência bacteriana, o monitoramento sanitário e fortalecimento da conscientização do uso correto, que é o grande desafio”, afirmou Márcia. A técnica destacou ainda que 2/3 dos antibióticos usados no país não têm prescrição médica. As infecções causam 25% das mortes no mundo em 45 % dos países menos desenvolvidos, e que mais de 50% das prescrições de antibióticos são inadequadas. Ela informou uma queda na comercialização desses medicamentos desde a implantação das novas normas. De junho de 2010, com 61 milhões de receitas, passou para 52 milhões de receitas em junho de 2013.

Seminário analisa situação atual da Aids no Brasil

As Comissões de Legislação Participativa, de Seguridade Social e Família de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados fizeram o 11º Seminário LGBT do Congresso Nacional. Este ano, o tema será "AIDS: FORMAS DE SABER / FORMAS DE ADOECER". Na abertura do Seminário, o deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ), que solicitou o evento, afirmou que “por alguma razão” as políticas públicas destinadas à prevenção da AIDS não estão funcionando. Ele advertiu que o Ministério da Saúde não tem veiculado campanhas de prevenção sobre a AIDS e que a doença está avançando sobre grupos jovens (15 a 25 anos), mulheres,

peças pouco escolarizadas e ampliando casos pelo interior do país. Ivo Brito, representante do Ministério da Saúde, discordou. De acordo com o que informou o técnico da Saúde, o grupo de risco informado pelo parlamentar condiz com o período de 1990 à primeira década do século 21. Neste momento, disse Ivo Brito, os boletins estatísticos do Ministério apontam que a tendência de ampliação de pessoas infectadas pelo vírus da AIDS está entre homens jovens e de nível maior de escolarização. “Há dificuldades para identificar com clareza essa mudança de tendência”, disse o representante da Saúde. “E, portanto, de desenvolver políticas focalizadas que não produzam efeitos contrários ou estigmatizem um grupo”. Gustavo Bernardes, representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, lembrou que a presidente Dilma Rousseff sancionou a Lei (12984/14) que define crimes de discriminação de portadores do HIV e doentes de AIDS. Ele lembrou casos de discriminação de crianças em escolas e adultos e jovens em ambientes de trabalho. “Vai contribuir bastante para o enfrentamento contra o desrespeito aos direitos humanos”. A deputada Manuela D’Ávila (PC do B/RS) afirmou que a nova Lei é um avanço que pode contribuir para a exclusão de manifestações de preconceito em ambientes escolar e de trabalho, ou até mesmo, levar o preconceituoso para a cadeia. “Mas falta avançar por uma cultura de um mundo sem preconceitos.”

Deputados e médicos cobram apoio do governo para tratamento de doenças raras

Audiência na Câmara dos Deputados, promovida pela Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), discutiu a falta de divulgação e dificuldade de tratamento da linfangioleiomiomatose (LAM), que causa a obstrução dos pulmões de mulheres. Deputados e médicos ressaltaram a falta de apoio do Ministério da Saúde para divulgar informações de utilidade pública sobre as doenças raras, em audiência pública da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados. O debate teve como foco o tratamento da linfangioleiomiomatose (LAM), doença que causa a obstrução dos pulmões por meio da destruição progressiva do tecido pulmonar. Existem aproximadamente 500 casos no Brasil, de acordo com o supervisor do serviço de pneumologia do Hospital do Coração e do Hospital das Clínicas de São Paulo, Carlos Roberto Ribeiro de Carvalho. A LAM afeta apenas mulheres, geralmente em idade fértil. A principal preocupação manifestada pelos debatedores foi o desconhecimento sobre a doença, não só da sociedade médica, como também da sociedade em geral. A LAM ainda não possui um código internacional de registro de doença (CID), o que torna mais complicado o diagnóstico e o acesso ao tratamento.

Ministro da saúde afirma que programa Mais Médicos já atendeu 49 milhões de brasileiros

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara (CSSF) promoveu uma audiência pública com o ministro da Saúde, Arthur Chioro. O encontro foi solicitado pelos deputados Ronaldo Caiado (DEM-GO), Érika Kokay (PT-DF) e Rosane Ferreira (PV-PR). Chioro abordou três pontos do trabalho desenvolvido pelo

Ministério. O programa Mais Médicos foi lançado em 2013. Desde então, segundo o Ministério da Saúde, em todo o país o número geral de consultas realizadas na atenção básica cresceu quase 35%. Foram 5.972.908 em janeiro de 2014 contra 4.428.112 em janeiro de 2013. O Mais Médicos está em



3.782 municípios. “Não é a solução definitiva para ao atendimento médico no país. É uma medida emergencial, mas que já garantiu a assistência em saúde a 49 milhões de brasileiros, principalmente nas regiões mais pobres”, destaca o ministro. Ele acrescenta que em algumas regiões, a aprovação do programa, por parte da população, chega a 90%. Entre os

atendimentos, teve destaque o de pessoas com diabetes, que aumentou cerca de 45% , passando de 587.535, em janeiro de 2013, para 849.751 em janeiro de 2014. Os atendimentos de pacientes com hipertensão arterial aumentaram em 5% no mesmo período, e as consultas de pré-natal, em 11%. O encaminhamento a hospitais diminuiu em 20%, passando de 20.170 para 15.969.

Seguridade Social apoia inclusão da terapia nutricional em domicílio no SUS



De trinta a oitenta por cento dos pacientes internados em hospitais do país apresentam algum grau de desnutrição. A desnutrição pode ocorrer antes da internação hospitalar ou depois de longos períodos de internamento, em adultos e crianças. Os dados são do Ibranaturi (Inquérito Brasileiro de Avaliação Nutricional Hospitalar). Para debater essa situação, a Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos

Deputados (CSSF) fez um seminário com o tema “Terapia Nutricional em Domicílio”. O encontro reuniu especialistas no auditório da Santa Casa de Misericórdia da Bahia - Hospital Santa Izabel. O objetivo foi iniciar um debate para incluir esse tipo de terapia no rol de medicações oferecidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A terapia nutricional em domicílio pode resolver graves problemas de desnutrição que atingem os internados e, principalmente, os pacientes que recebem alta. A grande maioria dos pacientes retorna para casa sem poder continuar a terapia nutricional iniciada no hospital e, quando não estão em atendimento domiciliar não conseguem, pelo elevado custo da nutrição por sonda, receber o aporte de nutrientes adequados para a sua condição clínica. Esse tipo de nutrição, chamada de alimentação enteral, é feita com sonda pelo nariz e custa entre R\$ 60 e R\$ 80 por dia. Um dos maiores problemas apresentados no seminário, é que a falta dessa terapia na casa do paciente pode provocar a queda do sistema imunológico e, em consequência, uma série de doenças. Entre elas, acidente vascular

cerebral, câncer e sequelas em casos de acidentes graves com politraumatismo. O resultado é a reinternação do paciente, com a mesma doença que o levou ao hospital pela primeira vez ou as provocadas pela desnutrição. Isso traz, ainda, mais gastos para o SUS e em benefícios da Previdência.

Seguridade Social debate novos tratamentos para endometriose



A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara (CSSF) fez um seminário para discutir os avanços no tratamento da endometriose. Segundo dados da Sociedade Brasileira de Endometriose, cerca de sete a dez milhões de brasileiras sofrem com a doença. A doença é uma afecção inflamatória provocada por células do

endométrio que, em vez de serem expelidas, seguem no sentido oposto e caem nos ovários ou na cavidade abdominal, se multiplicam e a sangram. A endometriose pode ser assintomática. Mas alguns sintomas merecem atenção, como a cólica menstrual que, com a evolução da doença, aumenta de intensidade e pode incapacitar as mulheres de exercerem suas atividades habituais; dor durante as relações sexuais; dor e sangramento intestinais e urinários durante a menstruação; infertilidade. O seminário foi solicitado pelo deputado Alexandre Roso (PSB-RS). Maurício Abrão, ex-presidente da Sociedade Brasileira de Endometriose, considera a endometriose um problema de saúde pública. Ele afirma que a doença é a principal causa de infertilidade e falta ao trabalho. Ele também calcula que cerca de 176 milhões de mulheres, no mundo inteiro, têm endometriose. “O diagnóstico precoce é fundamental. Mas isso infelizmente não acontece. Temos avanços no diagnóstico por imagem, o ultrassom, mas não está disponível no SUS ou fora dos grandes centros. Além disso, o tempo médio entre começo dos sintomas e diagnóstico é de sete anos. O quadro fica mais complicado ainda”, destaca o médico. Ele afirma também que hoje os gastos com tratamento da endometriose se equiparam aos com o diabetes. O especialista sugere formas para enfrentar o problema: capacitação dos agentes de saúde e de radiologistas para o diagnóstico, a criação de centros de referência e a revisão do protocolo para atuação terapêutica. Quando a mulher já teve os filhos que desejava, a remoção dos ovários e útero.

Comissão aprova proibição de cobrança de taxa de acompanhante em parto

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados aprovou proposta (1480/11) que permite a presença de um acompanhante no centro cirúrgico durante o parto sem que as operadoras dos planos de saúde cobrem por isso. Atualmente já existe legislação que permite esse acompanhamento em toda a rede pública de saúde, mas os hospitais privados cobram pela presença do acompanhante. Estas taxas costumam ser cobradas a título de higienização e esterilização para que a pessoa possa estar vestida de maneira adequada para entrar na sala de parto.

CSSF debate iniciativas para melhorar fornecimento de sangue e derivados no Brasil

O encontro debateu o fornecimento de hemocomponentes e hemoderivados nas clínicas e hospitais brasileiros. O debate foi solicitado pelos deputados Marcos Rogério (PDT-RO), Dr. Jorge Silva (PROS-ES), Rogério Carvalho (PT-SE) e pelo presidente da CSSF, Amauri Teixeira (PT-BA). Para o deputado Marcos Rogério, apesar das campanhas que estimulam a doação de sangue, muitos problemas ainda cercam esse tipo de serviços de saúde. “A população acredita que, doando sangue, gera uma corrente e que, quando precisar também vai receber sangue. Mas quem já precisou internar parentes em hospitais sabe isso não acontece. E muitas vezes recebe na saída uma conta de dez mil reais ou mais por causa das transfusões”, afirma o deputado. O parlamentar lembra ainda, que o sangue entregue pelo SUS passa a valer R\$ 1.500,00 a bolsa quando chega aos hospitais. Isso seria provocado pelos custos de exames e manutenção do produto. A transfusão de sangue e hemocomponentes é uma tecnologia importante na terapêutica moderna que pode salvar vidas ou melhorar a saúde de pacientes. Os hemoderivados são medicamentos derivados do sangue, mais especificamente do plasma contido no sangue, e servem para o tratamento de doenças graves como: hemofilia, Doença de von Willebrand e coagulopatias graves, por exemplo.

Teste da linguinha é sancionado e passará a valer em 180 dias



Em 180 dias, passará a ser obrigatória a realização do "teste da linguinha" em recém-nascidos, para a identificação de problemas que podem resultar em dificuldades na fala, sucção, deglutição e mastigação. O texto aprovado é um substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família aos projetos de lei 4832/12, do deputado Onofre Santo Agostini (PSD-SC), e 5146/13, do deputado Ricardo Izar (PSD-SP), que tramitam apensados.. A lei que exige o procedimento (Lei [13.002/14](#)) – chamada de Protocolo de Avaliação do Frênulo da Língua em Bebês – foi sancionada pela presidente Dilma Rousseff na sexta-feira (20). O propósito do exame é verificar se há a necessidade

de cirurgia para corrigir possíveis irregularidades no frênulo lingual, estrutura que liga a parte inferior da língua à boca.

A cada ano Brasil registra 70 mil novos casos de tuberculose

A Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), em parceria com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), promoveu uma audiência pública para debater as políticas públicas sobre prevenção às doenças evitáveis e o atendimento às vítimas, em cumprimento ao acordo com a Organização Mundial da Saúde. A iniciativa foi dos deputados Nilmário Miranda (PT-MG), Antônio Brito (PTB-BA) e Benedita da Silva (PT-RJ) Draurio Barreira, coordenador-geral do Programa Nacional de Controle da Tuberculose do Ministério da Saúde, mostrou que a cada ano são 70 mil casos novos da doença no país. Ele considera que existe uma epidemia de tuberculose concentrada nas populações mais vulneráveis, que vivem em bolsões de pobreza ou subpopulações como presidiários, moradores de rua e indígenas. “Já chegamos, nos últimos anos, a 400 mil mortes. Deste grupo, 2.500 foram com complicações por causa do HIV. A tuberculose é a quarta causa de morte por infecção no país e a primeira com pacientes de Aids. Também enfrentamos grandes disparidades regionais. O Amazonas lidera o número de doentes e o Distrito Federal tem padrões europeus com relações a tuberculose”, ressaltou Draurio. Ele informou também que presidiários têm 28 vezes mais chances de contrair a doença. Os moradores de rua têm 44 vezes mais possibilidades. Ele sugeriu criar, dentro do Bolsa Família, um benefício temporário de cerca de um ano, para quem tiver tuberculose ou hanseníase e fizer tratamento. Hoje, ele calcula que seriam dez mil benefícios em tuberculose, no valor total de cerca de R\$ 4 milhões.

Seguridade aprova PL que concede transporte gratuito de órgãos para transplantes

Foram aprovados três Projetos de Lei na reunião ordinária. O transporte gratuito de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para transplantes foi aprovado através do PL 4.243/12 do deputado Bornier (PSD-RJ). O PL teve a relatoria do deputado Padre Ton (PT-RO). O PL 6.349/13, do senador- Vital do Rêgo (PMDB-PB), prevê a concessão de preferência às pessoas com deficiência na restituição do imposto de renda. O Projeto foi relatado pela deputada Nilda Gondim (PMDB-PB). Já o PL 5.876/13, da deputada Luiza Erundina (PSB-SP), propõe alteração no Estatuto da Criança e do Adolescente, no que diz respeito ao atendimento e julgamento de menores pela justiça, e foi relatado pelo presidente da CSSF, deputado Amauri Teixeira (PT-BA).

Audiência reforça exigência de reparar danos a portadores de doenças evitáveis

Os participantes do debate na Câmara dos Deputados ressaltaram que é preciso reforçar as políticas públicas de saúde e combater o preconceito contra pessoas com hanseníase, tuberculose, malária e

outras enfermidades que normalmente atingem as camadas mais pobres da população. A necessidade de reparação de danos aos portadores de doenças evitáveis – moléstias endêmicas vinculadas à pobreza – e de continuidade de políticas públicas de saúde foram destacadas em audiência realizada pelas



comissões de Direitos Humanos e Minorias; e de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados. O debate priorizou a necessidade de investir no tratamento preventivo e de acabar com o preconceito e a violência contra os doentes – muitos são afastados de suas famílias ainda na infância e isolados em abrigos.

Cerca de 40 mil brasileiros têm doenças falciformes

Segundo o Ministério da Saúde, estimativas feitas através dos atendimentos nos centros de atenção básica à saúde, cerca de 40 mil pessoas estão em tratamento de doenças falciformes no país, entre elas a anemia falciforme. Para discutir a situação da doença no país, a Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) realizou uma audiência pública. O debate foi solicitado pelos deputados Eleuses Paiva (PSD-SP) e Dr. Jorge Silva (PROS-ES). A anemia falciforme é uma doença genética e hereditária, que atinge principalmente a população negra, mas que pode se manifestar também em pessoas de pele branca. A doença é provocada por uma alteração nos glóbulos vermelhos, que perdem a forma original e endurecem. Por causa disso, fica prejudicada a passagem do sangue pelos vasos de pequeno calibre e a oxigenação dos tecidos. Para ser portador da doença, é preciso que o gene alterado seja transmitido pelo pai e pela mãe. Se for transmitido apenas por um dos pais, o filho terá apenas traço falciforme, que poderá passar para seus descendentes, mas não a doença. A presença da hemoglobina que provoca a anemia falciforme pode ser detectada já no teste do pezinho quando a criança nasce.

Brasil deve registrar quase 70 mil novos casos de câncer de próstata em 2014



A cada cinco pessoas que morrem no Brasil, quatro são homens. Segundo a Sociedade Brasileira de Urologia (SBU), no ano passado 52 milhões de mulheres foram ao ginecologista e apenas 3 milhões de homens foram ao urologista. “O homem tem medo de descobrir doenças, acha que nunca vai ficar doente. Além disso, consome mais álcool e drogas que as mulheres”, afirma o

médico Carlos Eduardo Fonseca, presidente da SBU. Carlos Eduardo foi um dos participantes do VII Fórum de Políticas Públicas e Saúde do Homem, promovido pela Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara (CSSF). A Comissão é presidida pelo deputado Amauri Teixeira (PT-BA). O encontro foi solicitado pelo deputado Dr. Jorge Silva (PROS-ES). O deputado destaca que já é o sétimo fórum sobre o tema realizado pelo Congresso. De acordo com a Instituto Nacional do Câncer (Inca), em 2014 deverão ser registrados 69.800 novos casos de câncer de próstata no país e o número de óbitos provocados pela doença deve chegar a 13.995. Quando detectado em tempo hábil, a cura deste câncer pode chegar a 90 por cento dos casos. Outra doença que preocupa os especialistas é o câncer de pênis, que tem provocado cerca de mil amputações por ano. O Maranhão é o estado com maior incidência da doença no país.

Seguridade Social aprova projeto que reduz tempo para início do tratamento de câncer

A Comissão de Seguridade Social e Família aprovou o Projeto de Lei do deputado Beto Albuquerque (PSB-RS), que trata sobre o primeiro tratamento de paciente com neoplasia maligna comprovada e estabelece prazo para seu início, para que os exames sejam realizados no prazo de 30 dias. Também foi aprovado PL do deputado João Arruda (PMDB-PR), que cria mecanismos para o combate a condutas ofensivas contra a mulher na Internet ou em outros meios de propagação da informação.

Índios pedem políticas públicas para a saúde



De acordo com o censo 2010 do IBGE, o Brasil tem 817 mil índios. Desse total, 665 mil vivem nas aldeias. A maioria vive na Região Norte do país. Um dos maiores problemas enfrentados pelos índios é a saúde. Na III Conferência Nacional de Saúde Indígena, em 2011, constatou-se precariedade das condições de saúde, com taxas de morbimortalidade muito superiores às da população brasileira em geral. Para tratar deste assunto a Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) realizou uma audiência pública sobre a situação da saúde indígena no Brasil. O encontro foi solicitado pelo deputado Geraldo Resende (PMDB-MS). Antônio Oliveira Apurinã, coordenador geral da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, alerta que por causa das monoculturas é grande a contaminação por agrotóxicos, causando doenças em crianças e adultos. Para ele, o governo tem dificuldades com a Funasa (Fundação Nacional da Saúde), e que faltam políticas sociais e principalmente de saúde. “Vamos morrer à míngua. Ficamos doentes sem nem saber que doença temos”, afirma. Ele também destaca que as iniciativas voltadas à saúde dos índios, são

decididas em gabinetes e, por causa disso, distantes da realidade. Quase 50% das mortes são registradas entre menores de cinco anos de idade. As causas mais frequentes são doenças transmissíveis, principalmente infecção respiratória, parasitose intestinal, malária e desnutrição. As principais causas dos óbitos na população indígena adulta, em 2003, foram externas, seguidas das doenças do aparelho circulatório, respiratório e as doenças infecciosas e parasitárias.

Especialistas debatem a imunodeficiência primária

A Comissão de Seguridade Social e Família promoveu uma audiência pública para debater o tratamento dos pacientes com imunodeficiência primária. O encontro foi solicitado pelos deputados Saraiva Felipe (PMDB-MG) e Mandetta (DEM-MS). As pessoas com doenças de imunodeficiência primária têm um sistema imunológico com ausência de um ou mais tipos de tecidos, proteínas ou células imunológicas. O sistema imunológico protege o corpo de agentes como bactérias e vírus. Dessa forma, se parte do sistema imunológico está ausente ou não está funcionando corretamente, há propensão de contrair infecções. A imunodeficiência primária é o nome de um grupo de mais de 150 doenças que normalmente são hereditárias, são causadas por erros genéticos das células ou têm sintomas que variam de leves a graves. Participaram do debate Pollyanna Costa dos Santos, representante do Ministério da Saúde; Marta Reis, vice-presidente da Associação Nacional dos Portadores de Imunodeficiência Primária Congênita (Anpic); Beatriz Carvalho, docente de alergia, imunologia clínica e reumatologia da UNIFESP e Magda Carneiro Sampaio, coordenadora do Consórcio Brasileiro de Centros de Referência e Treinamento em Imunodeficiências Primárias (COBID).

País já registra mais de mil casos de febre chikungunya



*Os últimos dados do Ministério da Saúde, da primeira semana de novembro, mostram 1.039 casos da febre chikungunya no país. A maior parte localizada nos estados da Bahia e Amapá, com 567 e 470 casos respectivamente, o restante em Minas Gerais. A chikungunya é transmitida principalmente pelo mosquito *Aedes aegypti*, o mesmo que espalha o vírus da dengue. Os principais sintomas são*

febre alta, dor de cabeça, dor nos músculos e nas articulações. O quadro mais agudo pode durar três meses. Mas, também de acordo com o Ministério da Saúde, nos casos cronicados as consequências

podem atingir o doente de dois a três anos, como artrites e dores fortes. Para discutir planos de contenção de novas epidemias, como a febre chikungunya e o vírus Ebola, a Comissão de Segurança Social e Família da Câmara dos Deputados (CSSF) fez audiência pública. O debate foi solicitado pelos deputados Amauri Teixeira (PT-BA), presidente da CSSF, Mandetta (DEM-MS), Eleuses Paiva (PSD-P), Geraldo Resende (PMDB-MS) e Rosane Ferreira (PV-PR).

Anvisa afirma que pode regularizar uso medicinal da maconha



A Anvisa concedeu, recentemente, a primeira autorização para uma grande seguradora de saúde importar legalmente o canabidiol (CBD) para tratamento de um paciente. O CBD é uma substância canabinoide presente na folha da *Cannabis sativa*, a maconha. De acordo com pesquisadores, não causa efeitos psicoativos ou dependência. Esse elemento tem uma estrutura química com grande

potencial terapêutico neurológico. Para discutir avanços e a regulamentação do uso desse derivado, a Comissão de Segurança Social e Família da Câmara dos Deputados (CSSF), promoveu o seminário “Canabidiol: regulamentação e benefícios no uso terapêutico”. A polêmica sobre a legalização ou não da importação da substância divide opiniões. Ainda não há no país regulamentação para o uso medicinal da planta, e na prática não há regras claras para definir em que condições ela pode ser manipulada. Ivo Bukaresky, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária destaca ainda que o canabidiol já é usado em países europeus, Canadá, México, Índia, Estados Unidos, África do Sul, Chile e Israel. E nesses mesmos países já foram feitos 51 estudos sobre o uso medicinal da maconha. Alguns ainda em andamento. Ele confirma avanços que estão previstos para a legalização, pela Anvisa, para importação da substância. “Estamos analisando a passagem do canabidiol da lista de substâncias proibidas para a lista dos medicamentos controlados, tanto para importação como para prescrição com receita branca em duas vias. Além disso, todas as convenções sobre o canabidiol desde 1961 até 1988 não fazem referência ao canabidiol como substância tóxica. “Não somos contra a reclassificação”, afirma Bukaresky. Ele informa também que mais de 200 autorizações já foram dadas pela Anvisa para importação do medicamento. O processo leva, em média, uma semana. O diretor da Anvisa ponderou, porém, que ainda há falta de informações sobre as doses ideais a serem tomadas em cada caso. Segundos especialistas presentes no seminário, o canabidiol possui diversas propriedades benéficas comprovadas no tratamento de esquizofrenia, Parkinson, fobia social, transtorno do sono, diabetes tipo 2, dores crônicas, câncer, epilepsia, autismo e mesmo na cura da dependência de drogas.

Pequenos agricultores do Paraná denunciam prejuízos causados pelas monoculturas



Para discutir o impacto das monoculturas no meio ambiente e na saúde do trabalhador, a Comissão de Seguridade Social e Família promoveu em Curitiba (PR), um seminário que reuniu lideranças dos movimentos sociais, técnicos e políticos. O encontro foi solicitado pelos deputados Dr. Rosinha (PT-PR) e Amauri Teixeira (PT-BA), presidente da Comissão. O setor florestal

madeireiro é um dos mais desenvolvidos e competitivos do mundo. Segundo a Embrapa Floresta, o Brasil tem uma área de aproximadamente 851 milhões de hectares e conta com aproximadamente 523,7 milhões de hectares de florestas. Desse total 6,7 milhões de hectares são áreas plantadas do agronegócio florestal. Um terço dessa área, cerca de 2,1 milhões de hectares, é de monocultura do eucalipto. Por outro lado, esse recorde traz sérios problemas para as famílias de pequenos agricultores que vivem nos municípios que sediam as grandes fábricas de celulose do país. O Paraná é um dos estados atingidos. No estado, são 197 mil hectares com plantações de eucaliptos, de um total de 19 milhões de hectares. O município de Imbaú é um dos mais afetados pela monocultura. Cerca de 40% do território estão cobertos pela produção industrial de árvores, em grande parte por eucalipto e pinus. Também enfrentam problemas com esse tipo de produção, os municípios de Telêmaco Borba e Ortigueira.

SUBCOMISSÕES

Subcomissão Especial de Desenvolvimento do Complexo Industrial em Saúde, Produção de Fármacos, Equipamentos e outros insumos

A Subcomissão Especial de Desenvolvimento do Complexo Industrial em Saúde, Produção de Fármacos, Equipamentos e Outros Insumos, foi recriada pela Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) da Câmara dos Deputados, em 02 de abril de 2014, a partir de requerimento da deputada Jandira Feghali. Fizeram parte da Subcomissão, como titulares, os deputados Alexandre Roso, Dr. Paulo César, Jandira Feghali, João Ananias, Marcus Pestana e Rosinha da Adefal. O deputado Alexandre Roso foi eleito Presidente e a deputada Jandira Feghali foi indicado como Relatora da Subcomissão.

A Subcomissão teve como objetivo principal, dar continuidade aos trabalhos dos anos anteriores, resultando em um relatório aprovado em 29 outubro de 2014, que apresentou sugestões de Projetos, Indicações e Requerimentos de Informações que foram protocolados pela Comissão

Subcomissão Especial destinada para discutir a saúde da mulher e da criança

A Subcomissão Especial destinada para discutir a Saúde da Mulher e da Criança, foi recriada a partir de requerimento do Dep. João Ananias e Carmen Zanotto, aprovado em 02 abril de 2014. Fizeram parte da Subcomissão os Deputados Darcísio Perondi, Dr. Jorge Silva, Jô Moraes, João Ananias e Rosane Ferreira; como titulares e, as Deputadas Benedita da Silva, Dr. Paulo César e Nilda Gondim, como suplentes. O Deputado João Ananias foi eleito Presidente da Subcomissão e a Deputada Rosane Ferreira foi escolhida Relatora. A Subcomissão concluiu com um relatório final, aprovado pela Comissão em 29 de outubro de 2014, com propostas de envio de indicações e Requerimentos de Informações.

Subcomissão Especial destinada a avaliar o Sistema de Saúde Complementar

A Subcomissão foi recriada após aprovação pelo plenário da Comissão, no dia 02 abril de 2014, a partir de requerimento do Deputado Antônio Brito. O relatório final ainda não foi apreciado.

Subcomissão Especial destinada a avaliar a implementação da Política Nacional de Saúde da População Negra

A Subcomissão foi criada a partir de requerimento do Deputado Amauri Teixeira e aprovado pelo plenário da Comissão, no dia 02 abril passado. Fizeram parte da Subcomissão os Deputados Amauri

Teixeira, Benedita da Silva, Dr. Rosinha, Jô Moraes, Paulo Rubens Santiago, Rosane Ferreira, como titulares, e os Deputados Erika Kokay, Jandira Feghali, Rose de Freitas e Rosinha da Adefal, como Suplentes. O Deputado Amauri Teixeira foi eleito Presidente da Subcomissão e a Deputada Benedita da Silva indicada como Relatora O relatório final ainda não foi aprovado

Subcomissão Especial Destinada a Discutir e propor soluções para a Atenção Primária no Sistema Público de Saúde

A Subcomissão foi criada após aprovação pelo plenário da Comissão, no dia 02 abril de 2014, a partir de requerimento do Deputado Marcus Pestana. O relatório final ainda não foi apreciado.

Subcomissão Especial para Monitoramento do Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência “Viver sem Limites

A Subcomissão foi criada após aprovação pelo plenário da Comissão, no dia 26 março de 2014, a partir de requerimento do Deputado Eduardo Barbosa. Fazem parte da Subcomissão os Deputados Arnaldo Faria de Sá, Eduardo Barbosa, Geraldo Resende, Mandetta, Mara Gabrilli e Rosinha da Adefal, como titulares e, os Deputados Assis Carvalho, Henrique Afonso, Henrique Fontana, Otávio Leite e Rosane Ferreira, como suplentes. A Deputada Rosinha da Adefal foi eleita Presidente da Subcomissão e o Deputado Eduardo Barbosa foi escolhido Relator. O relatório final ainda não foi apreciado

Subcomissão Especial destinada a tratar da Carreira dos Médicos no Sistema Único de Saúde

A Subcomissão foi criada após aprovação pelo plenário da Comissão, no dia 02 abril de 2014, e instalada dia 19 de novembro de 2014, a partir de requerimento do Deputado João Ananias. Fazem parte da Subcomissão os Deputadas Amauri Teixeira, Geraldo Resende, Nilda Gondim, João Ananias e Marcus Pestana, como titulares e, os Deputados Osmar Terra, Dr. Paulo César, Antônio Brito, Jandira Feghali e Mandetta, como suplentes. O Deputado João Ananias foi eleito Presidente da Subcomissão e o Deputado Geraldo Resende foi escolhido Relator. O relatório final ainda não foi apreciado

PARTICIPAÇÃO INTERNACIONAL

Delegação Brasileira na 47ª Sessão da Comissão de População e Desenvolvimento da ONU



Grupo de Trabalho da Comissão de Segurança Social e Família da Câmara dos Deputados, formado para acompanhar a delegação brasileira na 47ª Sessão da Comissão de População e Desenvolvimento da ONU (CPD/ONU), participou da Reunião de Coordenação para o evento, na sede da Missão Permanente do Brasil junto à ONU, em Nova York. Na ocasião, o Embaixador Antonio Patriota, Representante Permanente do Brasil

junto à ONU, e a Ministra Eleonora Menicucci, da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, deram as boas-vindas aos membros da CNPD (Comissão Nacional de População e Desenvolvimento) e, em especial, aos parlamentares ali presentes: Dep. Alexandre Roso, Dep. Nilda Gondim, Dep. Rosane Ferreira e Sen. Anibal Diniz (Comissão de Direitos Humanos, do Senado Federal).

Após as falas do Embaixador e da Ministra, o Dep. Alexandre Roso manifestou ser "um prazer participar de uma atividade como essa" e não entender "como o Parlamento não se fez presente antes, em um tema tão importante". A Dep. Rosane Ferreira defendeu como fundamental o enfrentamento dos problemas relacionados à mulher, e externou o desejo de contribuir com as discussões e de poder compartilhar dos conhecimentos acumulados pelos membros da CNPD. A Dep. Nilda Gondim disse estar feliz com a participação e com a possibilidade de colaborar como parlamentar; mencionou que, junto com o Dep. Alexandre Roso e a Dep. Rosane Ferreira, faz parte da Comissão de Segurança e Família da Câmara, uma "Comissão muito participativa e que lida com esses segmentos sociais que são discriminados e que precisam, realmente, ter vez, voto e participação mais ativa na vida política e na vida social".



No primeiro dia de debates da 47ª Sessão da Comissão de População e Desenvolvimento da ONU, na segunda-feira, 07/04/2014, o Grupo de Trabalho formado pelo Deputado Alexandre Roso, pela Deputada Nilda Gondim e pela Deputada Rosane Ferreira teve assento na mesa reservada à Representação brasileira no evento, ao lado do Embaixador Antonio Patriota e da Ministra Eleonora Menicucci, durante e após a primeira apresentação do Brasil. Os parlamentares ficaram muito satisfeitos com a posição do Governo do Brasil em relação aos temas em discussão, decorrentes do Consenso de Montevideu, dentre os quais figuraram a saúde reprodutiva materna, os direitos das mulheres e a igualdade racial. Após as reuniões do dia, o Grupo participou da Reunião de avaliação com o Embaixador Patriota e a Ministra Eleonora Menicucci. Na oportunidade, a Ministra manifestou satisfação com o fato da comitiva contar com a participação de parlamentares. Por sua vez, o Deputado e as Deputadas reafirmaram a importância da CNPD oficializar a participação do Parlamento nos eventos futuros da Comissão, recebendo da Ministra o compromisso de trabalhar para que a CNPD inclua na sua composição a presença de Deputados e Senadores, a partir de um pedido do Parlamento.

EMENDAS DA COMISSÃO À LOA 2015

EMENDAS DA COMISSÃO À LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA 2015

01. **Instalação de Unidade de Funcionamento do INSS** – Nacional – Ação: 116V - Funcional: 09.271.2061.116V - Valor: 50 milhões
02. **Atenção à Saúde das Populações Ribeirinhas da Região Amazônica mediante Cooperação com a Marinha do Brasil** – Região Norte – Ação: 4324 - Funcional: 10.302.2015.4324.0010 Valor: 65 milhões
03. **Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde** – Nacional – Ação: 2015 - Funcional: 10.302.2015.8535 - Valor: 100 milhões
04. **Implantação e Implementação de Políticas de Atenção Integral à Saúde da Mulher** – Nacional – Ação: 6175 - Funcional: 10.302.2015.6175.0001 - Valor: 200 milhões

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhar pelo avanço da seguridade social brasileira e ser porta-voz dos movimentos populares de inclusão pelo direito social são marcas da atuação da Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) neste ano de 2014, com o destaque especial para a descentralização dos trabalhos, mediante seminários e audiências nas localidades onde os temas devem ser resolvidos, ressaltando-se a participação de uma comitiva de parlamentares membros da CSSF na delegação brasileira à 47ª Sessão da Comissão de População e Desenvolvimento das Nações Unidas – CPD/ONU, realizada na cidade de Nova York, Estados Unidos das Américas, em abril deste ano.

E mais: se por um lado a economia brasileira está mais sólida do que foi no passado, especialmente porque aumentou a distribuição de renda e garantiu empregos; por outro lado, a CSSF cumpriu papel decisivo neste ano de 2014 para que o Estado brasileiro tivesse mecanismos legais, formulasse análises técnicas e recursos necessários para continuar a realizar a inclusão pela renda e pelos direitos.

A título de exemplo, detalhado neste relatório de prestação de contas, a nossa CSSF aprovou emenda coletiva de R\$ 10 milhões para a área de assistência social, mas em termos práticos são recursos destinados aos municípios mais pobres do país, tendo como indicador o IDH – índice de desenvolvimento humano formalizado pela ONU (página 12).

Neste ano de 2014, a CSSF aprovou diversos projetos que reforçam a segurança social, como, por exemplo, os projetos que:

- Garantem recursos para atendimento aos idosos (página 21);
- Criam isenção previdenciária para casa popular com mão de obra remunerada (página 25);
- Facilitam a importação de material para pesquisa científica (página 31);
- Dão preferência a mulheres chefes de família no recebimento dos benefícios dos programas de Apoio à Conservação Ambiental e de Fomento às Atividades Rurais (página 17);
- Tornam hediondo o crime de exploração sexual de menores (página 17);
- Aprovam presença obrigatória de advogado em depoimento de adolescente infrator (página 17-18);

- Tipificam a obtenção de vantagem pelo encaminhamento de procedimentos, pela comercialização de medicamentos, órteses, próteses ou implantes de qualquer natureza (página 18).

A CSSF ainda debateu diversos assuntos. Entre vários outros, citem-se as audiências ou encontros temáticos sobre:

- A questão dos acidentes de trabalho e o impacto deles no Sistema Único de Saúde (SUS) (página 21-22), desdobrando-se tal tema em outras atividades correlatas como os efeitos da monocultura para a previdência social e o SUS (página 23), a jornada de trabalho dos caminhoneiros e outros motoristas profissionais (página 24), e a aposentadoria dos trabalhadores do sisal (página 25);
- A saúde da população negra (página 36) e sobre a anemia falciforme (página 45);
- A saúde das mulheres vulneráveis, que são aquelas que têm acesso restrito às políticas sociais, à urbanidade, trabalho, saúde, e educação (página 18);
- A regulamentação do exercício profissional da medicina (página 29);
- A vacinação contra HPV nas escolas (página 29);
- O combate ao preconceito à síndrome de down (página 30);
- A cartelização do mercado das órteses e próteses no Brasil (página 34);
- O combate ao tabagismo (página 34).
- O uso medicinal e terapêutico do canabidiol (página 48).

Ao finalizar o resumido rol das atividades da CSSF neste ano de 2014, convido todos a se engajarem nos desdobramentos dos trabalhos das Subcomissões, visando dar sequência aos estudos especializados que elas desenvolvem. No mesmo sentido, enfatizo a conveniência da manutenção e aprofundamento do diálogo iniciado com a Comissão Nacional de População e Desenvolvimento da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, visando a convergência de esforços entre os Poderes Executivo e Legislativo no trato dos temas transversais nas questões de população e desenvolvimento em debate nos fóruns internacionais.

Nada obstante a prestação de contas desta Presidência da CSSF sobre as atividades institucionais realizados no ano de 2014, o trabalho para que a seguridade social se torne um valor da sociedade brasileira ainda demanda esforço e luta de todos. A disputa pela alocação dos recursos escassos no setor social ainda conta com o desprezo de alguns, desconhecimento de outros e interesses egoísticos daqueles que

apenas miram, sem nenhum outro olhar, a política de juros altos e do superávit primário elevado, que diminui intensamente o potencial de crescimento do País.

Ainda há grande volume de trabalho e pendentes realizações para que a seguridade social contribua para a melhoria da qualidade de vida de nosso povo. Tudo isso está demonstrado neste relatório, que de modo transparente e republicano, faz um resumo da atuação da CSSF neste ano de 2014.

Deputado Amauri Teixeira

Presidente da CSSF.

ANEXOS

Seminários, Fórum e Quartas Temáticas

23/04/2014

Quarta Temática :

DEBATE SOBRE A FIXAÇÃO DE PREÇOS, DISTRIBUIÇÃO E DIRECIONAMENTO DA DEMANDA DAS ÓRTESES E PRÓTESES NO BRASIL.

Expositores: Dr. Raimundo Viana de Santos, Médico Cirurgião - Presidente da UNIMED - Santos/SP;

Dra. Cibely Assad, Médica Clínica Geral - Gerente de insumos UNIMED - Campinas/SP

23/05/2014

Seminário:

IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DA MONOCULTURA PELO AGRONEGÓCIO E USO DE AGROTÓXICOS

Convidados:

DANIEL SANTOS REBOUÇAS

Diretor do Centro Antiveneno da Bahia - CIAVE

ARMANDO BARBOSA XAVIER FILHO

Tecnologista da FUNDACENTRO - BA

SILVANO ALVES DE OLIVEIRA

Presidente do Sindicato dos trabalhadores na silvicultura, no plantio, nos tratamentos culturais, extração e beneficiamento da madeira em atividades florestais e indústrias moveleiras no extremo sul da Bahia - Sintrexbem

SÉRGIO BORESTAIN

Presidente da Associação Baiana das Empresas de Base Florestal - ABAF

ROBERTO MARTINS DE SOUZA

Instituto Federal do Paraná

ALDEMIR INÁCIO DE AZEVEDO

Centro de Estudos e Pesquisas para o desenvolvimento do extremo sul da Bahia

28/05/2014

Seminário Conjunto com a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

PARA DISCUTIR SOBRE OS ARTIGOS 17 (APOIO A ATIVIDADES ALTERNATIVAS ECONOMICAMENTE VIÁVEIS) E 18 (PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE E À SAÚDE DAS PESSOAS) DA CONVENÇÃO - QUADRO PARA O CONTROLE DO TABACO

MESA DE ABERTURA

Deputado Federal Amauri Teixeira - Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família

Deputado Federal Paulo Feijó - Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural
Deputado Federal Darcísio Perondi
Deputado Federal Luiz Carlos Heinze
Arthur Chioro - Ministro da Saúde e Presidente da Comissão Nacional para a Implementação da Convenção - Quadro para o Controle do Tabaco (CONIQ)
Miguel Soldatelli Rossetto - Ministro do Desenvolvimento Agrário
Sávio Rafael - Representante do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Dirceu Barbano - Presidente da ANVISA
Joaquim Molina - Representante da Organização Panamericana de Saúde no Brasil

MESA 1

TEMA: ***Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco***

Moderador: Conselheiro Carlos Cuenca - Ministério das Relações Exteriores

Tânia Cavalcante - Ministério da Saúde (MS/INCA - Secretaria Executiva da CONIQ)
Tema: Cenário Global da Convenção - Quadro para o Controle do Tabaco e seus artigos 17 e 18 (Secretaria Executiva da CONIQ)

Hur Bem - Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)
Tema: Status da Implementação do Artigo 17 da CQCT no Brasil - Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas pelo Tabaco - Avanços e Desafios

Romeu Schneider-Presidente da Câmara Setorial do Tabaco
Tema: Agenda Estratégica da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Tabaco/Ministério da Agricultura

MESA 2

TEMA: ***A produção de fumo no Brasil***

Moderador: Luiz Carlos Corrêa da Silva - Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia (SBPT)

Expositores

Benício Albano Werner - Associação de Fumicultores do Brasil (Afubra)
Tema: Produção de fumo e questões econômicas

Anacláudia Fassa - Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)
Tema: Produção de fumo e questões sanitárias

Roberto Rigon - Advocacia Geral da União (AGU)
Tema: Produção de fumo e questões ambientais

Margaret Matos de Carvalho - Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região - Ministério Público do Trabalho do Paraná
Tema: Produção de fumo e questões sociais

MESA 3

TEMA: *Produção de fumo e desenvolvimento sustentável no Brasil*

Moderador: Deputado Federal Darcísio Perondi

Debatedores

Romeu Schneider - Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Tabaco

Benício Albano Werner - Associação de Fumicultores do Brasil (Afubra)

Telmo Kirst - Associação dos Municípios Produtores do Tabaco (AMPROTABACO)

Paula Johns - Aliança de Controle de Tabagismo no Brasil (ACTBr)

Amadeu Bonato - Departamento de Estudos Sócio Econômicos e Rurais - (DESER)

Rita Surita - Centro de Apoio dos Pequenos Agricultores - CAPA

03/06/2014

Seminário:

11º SEMINÁRIO LGBT DO CONGRESSO NACIONAL "AIDS: FORMAS DE SABER / FORMAS DE ADOECER"

ABERTURA

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, Deputado Assis do Couto (PT-PR);

Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família, Deputado Amauri Teixeira (PT-BA);

Deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ), membro das Frentes Parlamentares em Defesa dos Direitos Humanos, de Enfrentamento às DST/HIV/AIDS e pela Cidadania LGBT;

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, Senadora Ana Rita (PT-ES);

Sr. Gustavo Carvalho Bernardes, coordenador geral de Promoção dos Direitos LGBT, representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SDH

Sr. Ivo Brito - representante do Ministério da Saúde

MESA 1 - Diagnósticos

Aids não tem cara, idade, cor ou orientação sexual. É hora de abandonar o rótulo.

Mediador: Deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ)

Sr. Richard Parker, presidente Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids - ABIA - O acesso à testagem e ao tratamento na perspectiva dos direitos humanos;

Sra. Valdiléa Gonçalves Veloso dos Santos, médica infectologista da FIOCRUZ - Panorama de patentes/vacinas/técnicos, em especial sobre a polêmica em torno do novo medicamento Truvada, para profilaxia pré-exposição;

Dra. Adele Schwartz Benzaken, diretora adjunta do Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das DST, AIDS e Hepatites Virais - Panorama da epidemia no Brasil e políticas públicas do governo para o combate, representante do Ministério da Saúde;

Sr. Rafael Bolacha, ator, bailarino e autor do livro "Uma Vira Positiva";

Sra. Sandra de Castro do Valle, presidenta do Grupo Vitamore - Esclarecendo o vírus HTLV.

MESA 2 - Prognóstico

Aids, a ilustre desconhecida; subproduto da desinformação.

Mediadora: Deputada Érika Kokay (PT-DF)

Sr. Fernando Raphael de Almeida Ferry, coordenador do Programa de Mestrado em DST/Aids e Hepatites Virais e professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro;

Sra. Roseli Tardelli, diretora-executiva da Agência de Notícias da Aids - O uso de mecanismos de comunicação na prevenção;

Sr. Eduardo Luiz Barbosa, coordenador do Centro de Referência e Defesa da Diversidade de São Paulo;

Sr. Carlos Tufveson - coordenador da Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual - CEDS/RJ;

Sra. Ângela Pires Terto, Assessora De Direitos Humanos Das Nações Unidas No Brasil.

06/06/2014

Seminário:

TERAPIA NUTRICIONAL EM DOMICÍLIO

ABERTURA

Deputado Amauri Teixeira , Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família -

Dr. Ricardo Madureira - Diretor Técnico do Hospital Santa Izabel

MESA 1

Tema: ***Política de Saúde do Estado em Terapia Nutricional***

Expositores:

Representante do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde - CONASEMS

Washington Luis Silva Couto - Secretário de Estado da Saúde da Bahia

MESA 2

Tema: ***Segurança Nutricional para pacientes em uso de sonda nasoenteral - Experiência HUPES/UFBA***

Expositora:

Profª Maria Helena Gusmão, Professora da Escola de Nutrição da UFBA.

MESA 3

Tema: ***Terapia Nutricional em pacientes politraumatizados - Orientação pós - alta hospitalar Experiência HGE***

Expositora:

Margarida Paim, Nutricionista do Hospital Geral do Estado

MESA 4

Tema: *Tratamento de Feridas*

Expositor:

Dr. José Valber Lima Meneses, Prof. de cirurgia plástica da UFBA

MESA 5

Tema: *Terapia Nutricional Enteral em Domicílio. Porquê? - Experiência HSI*

Expositor:

Professor Doutor André Ney de Menezes Freire , Especialista em Terapia Nutricional e Professor de Cirurgia da UFBA

09/06/2014

Seminário:

DIA NACIONAL DO DESBRAVADOR

PROGRAMAÇÃO:

MESA 1

TEMA: *Civismo*

DEPUTADA ROSINHA DA ADEFAL

PR. OTIMAR GONSALVES - Pastor Presidente da Missão Alagoas

Tema: Quem são os Desbravadores e sua Criação

PR. EDMILSON BISPO - Departamento de Jovem da Missão Alagoas

Tema: Nossos Ideais

MESA 2

Presidente da Mesa EXMA SRA. DEPUTADA ROSINHA DA ADEFAL

Expositores:

Pr. MARCOS ANTÔNIO - Departamento de Salvador-BA

Tema: O papel dos Desbravadores em meio à Sociedade

Pr. MARCÍLIO EGÍDIO - Departamento de Brasília

Tema: O Clube dos Desbravadores no Brasil

10/06/2014

Seminário:

DEBATES SOBRE ENDOMETRIOSE

MESA ABERTURA:

Deputado Amauri Teixeira - Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família
Deputado Alexandre Roso - Requerente - Coordenador do Grupo de Trabalho da Endometriose da Comissão de Seguridade Social e Família
Deputada Janete Pietá
Deputada Maria do Rosário
Vinicius Ximenes Muricy- Diretor de Desenvolvimento da Educação em SAÚDE/ da Secretaria de Ensino Superior
Angela Fontes - Representante da Secretaria de Políticas para as Mulheres
Tatiana Coimbra - Representante do Departamento de Ações Programáticas Estratégicas do Ministério da Saúde

PALESTRA 1

Tema : ***A Endometriose como doença de Grande Impacto Social e os Avanços no Brasil.***

Presidente da Mesa: Deputado Alexandre Roso

Expositor: Prof. Dr. Maurício Abrão - Presidente da Sociedade Brasileira de Endometriose

PALESTRA 2

Tema: ***Tratamento da Endometriose dentro do Sistema Único de Saúde***

Presidente da Mesa: Deputado Alexandre Roso

Expositor: Prof. Dr. Paulo Ayroza Ribeiro - Chefe do Setor de Endoscopia Ginecológica e Endometriose do Departamento de Obstetrícia e Ginecologia da Santa Casa de São Paulo

PALESTRA 3

Tema: ***Diagnóstico e Tratamento da Endometriose***

Presidente da Mesa: Deputado Alexandre Roso

Expositor: Dr. Alysson Zanatta - Doutor em Medicina pela Faculdade de São Paulo / SP

PALESTRA 4

Tema: ***Aspectos Gerais das dificuldades no diagnóstico e tratamentos das portadoras de endometriose***

Presidente da Mesa: Deputado Alexandre Roso

Expositor: Caroline Salazar - Capitã Brasileira da Marcha Mundial de Conscientização sobre a Endometriose

11/07/2014

Seminário:

IMPACTO SOCIOAMBIENTAL, ECONÔMICO E SOBRE A SAÚDE DO TRABALHADOR ADVINDO DA MONOCULTURA DO EUCALIPTO

PROGRAMAÇÃO

MESA 1

TEMA: ***Impactos na Saúde dos Trabalhadores Promovidos pelas Atividades Ligadas ao Monocultivo***

Deputado Amauri Teixeira - Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família

Jorge Mesquita Huet Machado - Representante do Ministério da Saúde.

Edinaldo Rezende dos Santos - Vereador - Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Teixeira de Freitas - BA.

Marcelo Menezes de Souza Lima - Auditor Fiscal da Delegacia Regional do Trabalho da Bahia - Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Estado da Bahia

MESA 2

TEMA: ***Impactos sócio-econômicos gerados pelo monocultivo de Eucalipto***

Expositores:

Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família - Deputado Amauri Teixeira

Sr. Silvanio Alves de Oliveira - Sindicato de Trabalhadores na Silvicultura, no Plantio nos tratos Culturais, Extração e Beneficiamento da Madeira em Atividades Florestais e Industriais Moveleiras do Extremo Sul da Bahia - SINTREXBEM

Wilson Andrade - Diretor Executivo da Associação Baiana das Empresas de Base Florestal-ABAF

Ailton Queiroz Lisboa - Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado da Bahia - FETAG-BA

João Luiz Montes - Presidente da Fundação Padre José Koopmans.

06/08/2014

Quarta Temática:

LANÇAMENTO DA CARTILHA "AGENDA PROPOSITIVA PARA A SAÚDE NAS ELEIÇÕES 2014" PELO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE.

Expositora: Sra. Maria do Socorro de Souza, Presidente do Conselho Nacional de Saúde

04/11/2014

Fórum:

VII FÓRUM DE POLÍTICAS PÚBLICAS E SAÚDE DO HOMEM

MESA DE ABERTURA

Deputado Amauri Teixeira - Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família

Deputado Dr. Jorge Silva - Requerente do Fórum.

Sr. Eduardo Schwarz - Representante do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Saúde

Sr. Deputado Mandetta

Sr. Deputado Eleuses Paiva

Sr. Deputado Geraldo Resende

Sr. Deputado João Ananias

Apresentação do Objetivo Geral e Específico do Fórum

Coordenador: Deputado Dr. Jorge Silva

Palestra 1

Expositor

Dr. Eduardo Schwarz da Coordenação Nacional de Saúde do Homem, do Ministério da Saúde

Tema: Programa de Política Nacional de Saúde do Homem.

Palestra 2

Expositor

Dr. Carlos Eduardo Corradi Fonseca - Presidente da Sociedade Brasileira de Urologia

Tema: A Saúde do Homem e os principais agravos urológicos.

Palestra 3

Expositor

Dr. Ângelo Amato Vincenzo de Paola - Presidente da Sociedade Brasileira de Cardiologia

Tema: A evolução das doenças cardiovasculares do homem no Brasil.

Palestra 4

Expositor

Dr. Antonio Geraldo da Silva - Presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria

Tema: Os aspectos atuais da saúde mental masculina

Palestra 5

Expositor

Dr. Evanius Garcia Wiermann - Presidente da sociedade Brasileira de Oncologia Clínica

Tema: O rastreamento do Câncer de próstata: para quem, quando e como?

Palestra 6

Expositor

Dr. Roberto Mattar Cepeda - Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, COFFITO

Tema: Impacto da Violência na Saúde do Homem

Palestra 7

Expositor

Dr. Thiago Trindade - Presidente da sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade

Tema: Saúde do Homem na Atenção Primária à Saúde

12/11/2014

Quarta Temática:

LANÇAMENTO DO LIVRO "ANÁLISE DA SEGURIDADE SOCIAL EM 2013" PELA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – ANFIP

Expositores: Sra. Margarida Lopes de Araújo, Presidente da Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil - ANFIP;

Sra. Neiva Renck Maciel, Diretora Administrativa da Fundação ANFIP de Estudos da Seguridade Social;

Sr. Vanderley José Maçaneiro, Vice-Presidente de Assuntos Fiscais da ANFIP;

Sr. Jorge César Costa, Vice-Presidente de Política de Classe da ANFIP

18/11/2014

Seminário:

CANABIDIOL

MESA DE ABERTURA

Deputado Amauri Teixeira - Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família

Deputada Mara Gabrielli

Deputada Rosinha da Adefal

Deputado Zequinha Marinho

Deputado Dr. Rosinha

Deputado Paulo Teixeira

Deputado Colbert Martins

MESA 1

Tema: **Canabidiol: Benefícios no uso Terapêutico**

Moderadora : Deputada MARA GABRILLI

Expositores:

Ivo Bucaresky - Presidente-Substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA
João Menezes - Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ
Renato Malcher - Professor da Universidade de Brasília-UnB
Elisaldo Carlini - Professor da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP
Katiele de Bartolo Fischer - portador ou familiar que requer o uso do medicamento

MESA 2

Tema: ***Regulamentação do Canabidiol: Entraves para sua Prescrição Terapêutica***

Moderadora: Deputada Rosinha da Adefal

Expositores:

Marisa Lobo Franco Ferreira Alves - Psicóloga e Coordenadora da Campanha "Maconha Não"
José Alexandre Crisppa - Pesquisador da USP de Ribeirão Preto
Mauro Aranha de Lima - Vice-presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Cremesp)
Juliana Paolinelli - Portador ou familiar que requer o uso do medicamento

24/11/2014

Seminário:

DEBATER SOBRE OS IMPACTOS DA MONOCULTURA DO EUCALIPTO NO PARANÁ.

PROGRAMAÇÃO:

MESA DE ABERTURA:

Dr. Rosinha, Membro da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados.
Prof. Lemos, Deputado Estadual
Rasca Rodrigues, Deputado Estadual
Vilmar Agostinho Sergiki , Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - FETRAF
Roberto Martins de Souza, Prof do Instituto Federal do Paraná

Mesa DE Debates

Presidente da Mesa: Deputado Dr. Rosinha

Palestrantes:

EDSON IEDE

Representante da Embrapa Floresta

Roberto Martins de Souza , Prof do Instituto Federal do Paraná

Iraci da Conceição Carvalheiro, Representante do Movimento Regional dos Atingidos pelo Deserto Verde

João Ernesto Ribeiro, Representante do Movimento Regional dos Atingidos pelo Deserto Verde

03/12/2014

Quarta Temática:

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA 47ª SESSÃO DA COMISSÃO DE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO - CPD/ONU, REALIZADA EM NOVA IORQUE, EM ABRIL DESTE ANO

Expositores: Sr. Ricardo Paes de Barros, Presidente da Comissão de População e Desenvolvimento - CPD;

Sr Ministro Alexandre Penã Ghisleni, Diretor do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Itamaraty

11/12/2014

Seminário:

CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS AUDITORES FISCAIS DO TRABALHO - AFT NO ESTADO DA BAHIA.

CONVIDADOS:

Representante do Ministério do Trabalho e Emprego

WELLINGTON MACIEL PAULO, Delegado do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - SINAIT

CARLOS ROBERTO DIAS, Presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais do Trabalho do Estado da Bahia - SAFITEBA

Audiências Realizadas

25/03/2014

TEMA:

"Discutir a aplicação da Portaria GM/MS nº 1.253, de 12 de novembro de 2013, no que diz respeito a procedimentos diagnósticos para investigação de câncer de mama."

CONVIDADOS:

PATRICIA SAMPAIO CHUEIRI

Coordenadora-Geral de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas do Ministério da Saúde

RICARDO CAPONERO

Presidente do Conselho Técnico Científico da FEMAMA - Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama

JOSÉ LUIS ESTEVES FRANCISCO

Representante da Sociedade Brasileira de Mastologia

MAREMA PATRÍCIO

Assessora Técnica do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde - CONASEMS

03/04/2014

TEMA:

"Discutir as recomendações para assegurar acesso a medicamentos a custos compatíveis como medida integral para saúde como Direito Humano."

CONVIDADOS:

JORGE BERMUDEZ

Vice-Presidente da Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ

ELS TORREELE

Diretora da Open Society Foundations, New York, EUA

BROOK BAKER

University School of Law, Boston

ELOAN PINHEIRO

Consultora Independente

10/04/2014

TEMA:

"Debater o Projeto de Lei 4501 de 2012 que dispõe sobre a repressão à violência contra a mulher, alterando dispositivos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha, e dá outras providências."

CONVIDADOS:

JEFFERSON APARECIDO DIAS

Procurador da República e representante do Conselho Nacional do Ministério Público

APARECIDA GONÇALVES

Secretaria de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres

THIAGO ANDRÉ PIEROBOM DE ÁVILA

Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios

LINDINALVA RODRIGUES

Promotora de Justiça do Estado de Mato Grosso

ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO

Conselheira do Conselho Nacional de Justiça

24/04/2014

TEMA:

"Debater o impacto social e a saúde do trabalhador provocado pela monocultura do eucalipto no extremo sul da Bahia."

CONVIDADOS:

JORGE MESQUITA HUET MACHADO

Representante do Ministério da Saúde

REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Dr. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO

Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 5ª Região

SILVÂNIO ALVES DE OLIVEIRA

Presidente do Sindicato dos trabalhadores na silvicultura, no plantio, nos tratamentos culturais, extração e beneficiamento da madeira em atividades florestais e indústrias moveleiras no extremo sul da Bahia - Sintrexbem

CARLOS EDUARDO CHAVES SILVA

Assessor da Secretaria de Assalariados Rurais da CONTAG

DR HUDSON COUTO

Consultor da Associação Baiana das Empresas de Base Florestal - ABAF

29/04/2014

TEMA:

"Discutir sobre as condições de trabalho dos radialistas e as possíveis consequências para a saúde."

CONVIDADOS:

BENEDITO ADALBERTO BRUNCA

Secretário de Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdência Social

ANADERGH BARBOSA DE ABREU BRANCO

Especialista em Enfermagem do Trabalho e Doutora em Medicina, representando a Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão - FITERT

JORGE MESQUITA HUET MACHADO

Coordenador Geral de Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde

07/05/2014

REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA COM A COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

TEMA:

"Esclarecimentos sobre a evolução do Programa Mais Médicos e exposição das ações em desenvolvimento e metas a serem cumpridas no exercício de 2014, além das perspectivas de geração de emprego e renda no Brasil."

CONVIDADO:

DR. MANOEL DIAS

Ministro de Estado do Trabalho e Emprego

08/05/2014

TEMA:

"Debater a questão das Hepatites Virais no Brasil."

CONVIDADOS:

DEPUTADO FEDERAL DARCÍSIO PERONDI

Presidente da Frente Parlamentar da Saúde

FÁBIO MESQUITA

Diretor do Departamento do Programa DST, Aids e Hepatites Virais do Ministério da Saúde

JEOVÁ PESSIN FRAGOSO

Coordenador do Grupo Esperança de Santos-São Paulo

HOEL SETTE JÚNIOR

Gastroenterologista de São Paulo/SP

15/05/2014

TEMA:

"Discutir a Terapia Comunitária Integrativa e as políticas públicas: tecnologia social para saúde, educação e áreas sociais."

CONVIDADOS:

ROBERTO TYKANORI

Coordenador de Saúde Mental do Ministério da Saúde

MARIA HENRIQUETA CAMAROTTI

Médica Neurologista e Mestre em Psicologia, Gestal-terapeuta com especialidade em grupo

MIRIAM RIVALTA BARRETO

Psicóloga, Psicopedagoga e Mestra em Psicologia Social e da Personalidade

20/05/2014

TEMA:

"Discutir os procedimentos adotados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, para o registro de agrotóxicos."

CONVIDADOS:

MESSIAS ALVES TRINDADE

Diretor da 2ª DT da Secex Saúde do Tribunal de Contas da União

ANA MARIA VEKIC

Gerente Geral de Toxicologia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA

MÁRCIA SARPA DE CAMPOS MELLO

Pesquisadora da Unidade Técnica de Exposição Ocupacional e Ambiental do Instituto Nacional do Câncer - INCA

WANDERLEI PIGNATI

Médico e Professor da Universidade Federal do Mato Grosso

22/05/2014

TEMA:

"Discutir a carência de pessoal e a abertura de novas agências do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS."

CONVIDADOS:

JOSÉ NUNES FILHO

Diretor de Gestão de Pessoas do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Representante do MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

ROGÉRIO ANTONIO EXPEDITO

Diretor da CONDSEF - Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Federal

SANDRO ALEX DE OLIVEIRA CÉZAR

Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social da Central Única dos Trabalhadores-CUT

27/05/2014

TEMA:

"Discutir a situação da pediatria no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS e Saúde Suplementar."

CONVIDADOS:

TATIANA COIMBRA

Coordenadora Adjunta de Saúde da Criança e Aleitamento Materno do Ministério da Saúde

TEÓFILO JOSÉ MACHADO RODRIGUES

Gerente Geral de Regulação Assistencial da Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS

JOSÉ CECHIN

Diretor Executivo da Federação Nacional de Saúde Suplementar - FENASAÚDE

EDUARDO DA SILVA VAZ

Presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria

28/05/2014

REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA COM A COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

TEMA:

Acesso a medicamentos não comercializados no Brasil pela ausência de autorização da Anvisa.

CONVIDADOS:

VÂNIA CRISTINA CANUTO SANTOS (CONFIRMADA)

Diretora Substituta do Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde

RICARDO FERREIRA BORGES (CONFIRMADO)

Gerente Geral de Medicamentos da Anvisa;

NATAN MONSORES DE SÁ (CONFIRMADO)

Professor do Departamento de Saúde Coletiva da UnB;

GREYCE LOUSANA (CONFIRMADA)

Representante da Sociedade Brasileira de Profissionais em Pesquisa Clínica (SBPPC); e

MARIA JOSÉ DELGADO FAGUNDES (CONFIRMADA)

Representante da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma)

29/05/2014

TEMA:

"Debater a regulamentação e o controle do uso indiscriminado de antibióticos como proteção à saúde pública."

CONVIDADOS:

MÁRCIA GONÇALVES DE OLIVEIRA

Gerente da Farmacovigilância - GFARM / ANVISA

JORGE CARLOS SANTOS DA COSTA

Assessor da Vice Presidência de Produção e Inovação em Saúde da FIOCRUZ - Fundação
Oswaldo Cruz

03/06/2014**TEMA:**

"Debater aspectos relacionados à doença linfangioleiomiomatose- LAM."

CONVIDADOS:

Representante do Ministério da Saúde

CARLOS ROBERTO RIBEIRO DE CARVALHO

Supervisor do Serviço de Pneumologia do Hospital do Coração e do Hospital das Clínicas de São
Paulo

BRUNO GUEDES BALDI

Médico Assistente de Pneumologia do Instituto do Coração do Hospital das Clínicas da
Universidade de São Paulo - USP

MARCELO PALMEIRA

Professor do Departamento de Pneumologia da Universidade de Brasília - UNB

CRISTINA DE OLIVEIRA BUENO

Representante da ALAMBRA - Associação LAM do Brasil

04/06/2014**TEMAS:**

"1. Esclarecimentos sobre os contratos de trabalho assinados entre os médicos cubanos e o
governo de Cuba, representado na forma La Sociedad Mercantil Cubana Comercializadora de
Servicios Médicos Cubanos; 2. Apresentação das diretrizes e programas prioritários da Pasta;
3. Iniciativas do Ministério da Saúde para o combate à AIDS entre jovens."

CONVIDADO:

SR. ARTHUR CHIORO

MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE

05/06/2014**TEMA:**

"Debater a proposta que revoga a cobrança de contribuição previdenciária sobre os proventos
dos servidores públicos aposentados (Contribuição de Inativos) - PEC nº 555 de 2006."

CONVIDADOS:

Benedito Adalberto Brunca
Secretário de Políticas de Previdência Social
REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
MARGARIDA LOPES DE ARAÚJO
Presidente do Conselho Executivo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - ANFIP
LUIS CARLOS PAES DE CASTRO
Representante do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central
EDISON GUILHERME HAUBERT
Presidente do Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas - MOSAP
SILVIA HELENA DE ALENCAR FELISMINO
Presidente do Sindicato Nacional dos Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil - SINDIRECEITA
ROSA MARIA CAMPOS JORGE
Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

01/07/2014

TEMA:

"Debater o fornecimento de hemocomponentes e hemoderivados nas clínicas e hospitais brasileiros."

CONVIDADOS:

MARIA DE FÁTIMA POMBO MONTORIL
Coordenadora Geral de Sangue e Hemoderivados do
Ministério da Saúde
JOSÉ GASPAS NAYME NOVELLI
Gerente de Planejamento e Projetos da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia
- HEMOBRÁS
LUDHMILA HAJJAR
Médica Cardiologista do Instituto do Coração de São Paulo
SÍLVIA CRISTINA AMANCIO CHAGAS
Vereadora da Cidade de Ji-Paraná - RO

03/07/2014

TEMA:

"Debater os impactos sociais sobre a folha da Previdência Social, e sobre as despesas do SUS, dos acidentes de trabalho no Brasil e na Bahia."

CONVIDADOS:

PAULO ROGÉRIO ALBUQUERQUE DE OLIVEIRA
Coordenador Geral de Monitoramento dos Benefícios por Incapacidade do Ministério da Previdência Social
JORGE MESQUITA HUET MACHADO
Coordenador-Geral de Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde

FERNANDO DONATO VASCONCELOS
Coordenador-Geral de Fiscalização do DSST/MTE
CARLOS FERNANDO DA SILVA FILHO
Vice-Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - SINAIT
CARLOS ROBERTO DIAS
Presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais do Trabalho do Estado da Bahia
REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO DO TRABALHO

16/07/2014

REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA COM A COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E
MINORIAS

TEMA:

Debater as políticas públicas sobre prevenção às doenças evitáveis e o atendimento às vítimas,
em cumprimento a acordo com a OMS.

CONVIDADOS:

Sr. Draurio Barreira - Coordenador-Geral do Programa Nacional de Controle da Tuberculose do
Ministério da Saúde;
Sra. Magda Levantezi - Coordenadora-Geral Substituta de Hanseníase e doenças em
eliminação do Ministério da Saúde;
Sr. Cleudson Nery Castro - Representante da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical - SBMT;
Sr. Artur Custódio - Representante do Morhan - Movimento pela Reintegração das Pessoas
atingidas pela Hanseníase;
Sr. Diogo de Sant'Ana - Secretário-Executivo da Secretaria-Geral da Presidência da República;
Sr. Antonio José do Nascimento Ferreira - Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da
Pessoa com Deficiência da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República .
Requerimento nº 79/2014, de iniciativa dos Deputados Nilmário Miranda e Antônio Brito e da
Deputada Benedita da Silva

30/10/2014

TEMA:

"Debater sobre os desafios dos portadores de anemia falciforme".

CONVIDADOS:

JOICE ARAGÃO DE JESUS
Coordenação Geral de Sangue e Hemoderivados - MS
MARIA ZENÓ SOARES DA SILVA
Representante da FENAFAL
CARMEN CUNHA MELLO RODRIGUES
Representante do Centro Infantil Boldrini de Campinas

06/11/2014

TEMA:

"Debater a saúde indígena no País".

CONVIDADOS:

ANTONIO ALVES DE SOUZA

Secretário Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde

ANTONIO MARCOS ALCÂNTARA OLIVEIRA APURINÃ

Representante da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

RILDO MENDES

Coordenador da ARPINSUL - Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul

RAMÃO VIEIRA DE SOUZA TERENA

Coordenador da ARPIPAN - Articulação dos Povos Indígenas do Pantanal

11/11/2014

TEMA:

"Debater sobre o tratamento dos pacientes com imunodeficiência primária."

CONVIDADOS:

POLLYANNA ALMEIDA COSTA DOS SANTOS

Representante do Ministério da Saúde

MARTA AUXILIADORA FERREIRA REIS

Vice-Presidente da ANPIC - Associação Nacional dos Portadores de Imunodeficiência Primária Congênita

BEATRIZ TAVARES COSTA CARVALHO

Docente de Alergia, Imunologia Clínica e Reumatologia da UNIFESP

MAGDA CARNEIRO SAMPAIO

Coordenadora do COBID - Consórcio Brasileiro de Centros de Referência e Treinamento em Imunodeficiências Primárias

13/11/2014

TEMA:

"Discutir planos de contenção de novas epidemias como a do vírus ebola e a febre chikungunya no País."

CONVIDADOS:

RODRIGO GUERINO STABELI

Vice-Presidente de Pesquisa e Laboratórios de Referência da Fundação Oswaldo Cruz -

FIOCRUZ

CLÁUDIO MAIEROVITCH

Diretor do Departamento de Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde
LUIZ CARLOS PEREIRA JÚNIOR
Diretor Técnico do Instituto de Infectologia e Hospital Emílio Ribas
GIOVANINI COELHO
Coordenador Geral do Programa Nacional de Controle da Dengue do Ministério da Saúde
HENRIQUE VAZQUEZ
Representante da OPAS/OMS

20/11/2014

TEMA:

"Discutir as políticas de atenção à saúde das mulheres vulneráveis".

CONVIDADOS:

RITA GOMES DO NASCIMENTO
Coordenadora-Geral de Educação Escolar Indígena da Secretaria de Educação Continuada,
Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) - Representante do Ministério da Educação
LUCIANA NUNES FONSECA
Representante do Ministério da Saúde
CAROLINA SALES VIEIRA
Médica Ginecologista do Município de Ribeirão Preto/SP

Projeto Apreciados

- PL-3595/2012 SENADO FEDERAL - ANA AMÉLIA - Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que "dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS", para assegurar o atendimento às mulheres com deficiência.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer.
- Parecer do Relator, Dep. Paulo Rubem Santiago (PDT-PE), pela aprovação. Em 26/03/14.
- PL-4411/2012 ROMÁRIO - Dá nova redação os dispositivos da Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990 que dispõe sobre importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica, e dá outras providências.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer.
- Parecer da Relatora, Dep. Mara Gabrilli (PSDB-SP), pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição da Emenda 1/2012 da CSSF. Em 26/03/14.
- PL-4701/2012 SENADO FEDERAL - MARISA SERRANO - Institui o Dia Nacional de Doação de Leite Humano e a Semana Nacional de Doação de Leite Humano, a serem comemorados anualmente.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer.
- Parecer do Relator, Dep. Manato (PDT-ES), pela aprovação. Em 26/03/14.
- PL-7787/2010 SENADO FEDERAL - PAPALÉO PAES - Revoga o art. 1.520 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, (Código Civil), para excluir a possibilidade de extinção da punibilidade criminal pelo casamento.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer.
- Parecer da Relatora, Dep. Cida Borghetti (PP-PR), pela aprovação. Em 02/04/14.
- PL-1178/2011 JESUS RODRIGUES - Reconhece as pessoas com doenças renais crônicas como pessoas com deficiência para todos os fins de direito e dá outras providências.

Aprovado por Unanimidade o Parecer com alteração.
Parecer da Relatora, Dep. Carmen Zanotto (PPS-SC), pela aprovação, com substitutivo. Em 02/04/14.

PL-1606/2011 MARÇAL FILHO - Dispõe sobre a dispensação de medicamentos para doenças raras e graves, que não constam em listas de medicamentos excepcionais padronizadas pelo Sistema Único de Saúde - SUS.

Aprovado o Parecer, contra o voto do Deputado Assis Carvalho.
Parecer do Relator, Dep. Darcísio Perondi (PMDB-RS), pela aprovação deste, e do PL 2669/2011, apensado, com substitutivo. Em 02/04/14.

PDC-1293/2013 CARMEN ZANOTTO - Susta a aplicação do art. 3º da Portaria do Ministério da Saúde nº 876, de 16 de maio de 2013, que dispõe sobre o primeiro tratamento de paciente com neoplasia maligna comprovada e estabelece prazo para seu início.

Aprovado por Unanimidade o Parecer.
Parecer do Relator, Dep. Alexandre Roso (PSB-RS), pela aprovação. Em 02/04/14.

PLP-245/2013 MARCUS PESTANA - Dispõe sobre a criação de sistema integrado de compras da saúde com a formação de um registro nacional de preços para os Municípios, Estados e hospitais filantrópicos.

Aprovado por Unanimidade o Parecer.
Parecer do Relator, Dep. Dr. Paulo César (PR-RJ), pela aprovação. Em 09/04/14.

PL-6939/2010 JOÃO DADO - Acrescenta parágrafo ao art. 1.609 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil; acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992, que regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento e dá outras providências; e acrescenta parágrafo ao art. 26, da Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Aprovado por Unanimidade o Parecer com Complementação de Voto.
Parecer do Relator, Dep. Dr. Jorge Silva (PDT-ES), pela aprovação, com substitutivo. Em 23/04/14.

PL-5088/2013 ONOFRE SANTO AGOSTINI - Torna obrigatória a permanência de ambulância de resgate e de profissional da área da saúde em lugares com grandes aglomerações de

pessoas.

Aprovado por Unanimidade o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. Eleuses Paiva (PSD-SP), pela aprovação. Em 23/04/14.

PL-1162/2007 MÁRIO HERINGER - Disciplina a prevenção de acidentes em piscinas, e dá outras providências.

Aprovado por Unanimidade o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. Darcísio Perondi (PMDB-RS), pela aprovação deste, da Emenda ao Substitutivo 1 CSSF, do PL 1752/2007, do PL 3927/2008, do PL 6502/2009, do PL 7414/2010, do PL 2537/2011, do PL 2614/2011, e do PL 5522/2013, apensados, com substitutivo. Em 14/05/14.

PL-2146/2011 EUDES XAVIER - Acrescenta ao art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 o § 13, e acrescenta o art. 125-B à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a fim de estabelecer a possibilidade de serem recolhidas retroativamente contribuições interrompidas por lapso temporal.

Aprovado por Unanimidade o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. Dr. Rosinha (PT-PR), pela aprovação, com substitutivo. Em 14/05/14.

PL-3488/2012 MANUELA D'ÁVILA - Altera a redação do art. 72 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal.

Aprovado por Unanimidade o Parecer com Complementação de Voto.

Parecer do Relator, Dep. Paulo Rubem Santiago (PDT-PE), pela aprovação. Em 14/05/14.

PL-7220/2014 SENADO FEDERAL - ALFREDO NASCIMENTO - Altera o nome jurídico do art. 218-B do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e acrescenta inciso ao art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para classificar como hediondo o crime de favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável.

Aprovado por Unanimidade o Parecer.

Parecer da Relatora, Dep. Benedita da Silva (PT-RJ), pela aprovação. Em 14/05/14.

- PL-5596/2009 MOREIRA MENDES - Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, dispondo sobre a condução de escolares.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer.
Parecer do Relator, Dep. André Zacharow (PMDB-PR), pela aprovação deste, do PL 2799/2011, e do PL 6212/2013, apensados, com substitutivo. Em 21/05/14.
- PL-1480/2011 FELIPE BORNIER - Proíbe a cobrança de taxas para que um acompanhante assista ao parto em maternidades privadas
- Aprovado por Unanimidade o Parecer.
Parecer do Relator, Dep. Alexandre Roso (PSB-RS), pela aprovação. Em 21/05/14.
- PL-5028/2013 DÉCIO LIMA - Determina a adoção de número único para ouvidorias da saúde.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer com Complementação de Voto.
Parecer com Complementação de Voto, Dep. Dr. Rosinha (PT-PR), pela aprovação deste, com substitutivo. Em 21/05/14.
- PDC-1298/2013 COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL - Aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Québec, celebrado em Brasília, em 26 de outubro de 2011.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer.
Parecer do Relator, Dep. João Ananias (PCdoB-CE), pela aprovação. Em 21/05/14.
- PL-4243/2012 FELIPE BORNIER - Dispõe sobre a gratuidade para transporte de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para transplantes.
- Aprovado por Unanimidade o Parecer.
Parecer do Relator, Dep. Padre Ton (PT-RO), pela aprovação, com substitutivo. Em 16/07/14.
- PL-5876/2013 LUIZA ERUNDINA - Acrescenta parágrafo ao art. 179 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Aprovado o Parecer contra o voto do Deputado Marcos Rogério.
Parecer do Relator, Dep. Amauri Teixeira (PT-BA), pela aprovação. Em 16/07/14.

PL-6349/2013 SENADO FEDERAL - VITAL DO RÊGO - Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para conceder preferência às pessoas com deficiência na restituição do imposto de renda.

Aprovado por Unanimidade o Parecer.
Parecer da Relatora, Dep. Nilda Gondim (PMDB-PB), pela aprovação deste, e do PL 3224/2012, apensado, com substitutivo. Em 16/07/14.

PL-6083/2013 OSMAR SERRAGLIO - Altera o inciso VIII do art. 30 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para isentar da contribuição à Seguridade Social as obras de habitação popular, nos termos que estabelece, se executadas pelas entidades que menciona.

Aprovado por Unanimidade o Parecer.
Parecer do Relator, Dep. Vitor Paulo (PRB-RJ), pela aprovação. Em 06/08/14.

PL-6766/2010 SENADO FEDERAL - ROMERO JUCÁ - Dispõe sobre a doação de bens apreendidos pelos órgãos públicos federais aos Conselhos Tutelares e Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Aprovado por Unanimidade o Parecer.
Parecer do Relator, Dep. Amauri Teixeira (PT-BA), pela aprovação. Em 05/11/14.

PL-97/2011 WALTER TOSTA - Institui o programa de Acessibilidade e Mobilidade Urbana, através da adoção de uma linguagem universal no transporte público.

Aprovado por Unanimidade o Parecer.
Parecer da Relatora, Dep. Mara Gabrilli (PSDB-SP), pela aprovação deste, com substitutivo. Em 05/11/14.

PL-428/2011 LUIZ COUTO - Altera dispositivo do Código Civil para inserir a mediação familiar como recomendação na regulação dos efeitos do divórcio.

Aprovado por Unanimidade o Parecer.

Parecer da Relatora, Dep. Jandira Feghali (PCdoB-RJ), pela aprovação. Em 05/11/14.

PL-600/2011 AUGUSTO COUTINHO - Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que "dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências", para isentar os idosos de contribuição aos Conselhos e demais entidades de fiscalização profissional.

Aprovado por Unanimidade o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. Mandetta (DEM-MS), pela aprovação. Em 05/11/14.

PL-1569/2011 HUGO MOTTA - Dispõe sobre a obrigatoriedade de os computadores comercializados no Brasil com benefícios fiscais do Programa de Inclusão Digital do Governo Federal disporem de sistemas que permitam seu uso por portadores de deficiência visual.

Aprovado por Unanimidade o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. Amauri Teixeira (PT-BA), pela aprovação, nos termos do Substitutivo. Em 05/11/14.

PL-2968/2011 GABRIEL CHALITA - Altera a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, para incluir as entidades dedicadas à proteção dos direitos de crianças e adolescentes entre os agentes legitimados para propor a ação civil pública.

Aprovado por Unanimidade o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. Amauri Teixeira (PT-BA), pela aprovação. Em 05/11/14.

PL-3765/2012 RICARDO IZAR - Dispõe sobre a criação do programa de atendimento veterinário gratuito aos animais da população carente em todo o País.

Aprovado por Unanimidade o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. Onofre Santo Agostini (PSD-SC), pela aprovação. Em 05/11/14.

PL-4876/2012 ONOFRE SANTO AGOSTINI - Obriga os fabricantes de produtos médico-hospitalares a utilizarem embalagens diferenciadas por cores variadas para cada produto, a fim de coibir possíveis erros médicos.

Aprovado por Unanimidade o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. Dr. Paulo César (PR-RJ), pela aprovação, com substitutivo.

Em 05/11/14.

PL-5555/2013 JOÃO ARRUDA - Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha - criando mecanismos para o combate a condutas ofensivas contra a mulher na Internet ou em outros meios de propagação da informação.

Aprovado por Unanimidade o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. Dr. Rosinha (PT-PR), pela aprovação deste, do PL 5822/2013, do PL 6630/2013, do PL 6713/2013, do PL 6831/2013, e do PL 7377/2014, apensados, com substitutivo. Em 05/11/14.

PL-5722/2013 BETO ALBUQUERQUE - Altera a Lei nº 12.732, de 22 de novembro de 2012, que "dispõe sobre o primeiro tratamento de paciente com neoplasia maligna comprovada e estabelece prazo para seu início", para que os exames sejam realizados no prazo de 30 (trinta) dias.

Aprovado por Unanimidade o Parecer.

Parecer da Relatora, Dep. Elcione Barbalho (PMDB-PA), pela aprovação, com substitutivo. Em 05/11/14.

PL-6431/2013 VALDIR COLATTO - Destina um por cento da arrecadação das loterias ao Fundo Nacional da Criança e do Adolescente - FNCA.

Aprovado por Unanimidade o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. Amauri Teixeira (PT-BA), pela aprovação, com emenda. Em 05/11/14.

PL-6621/2013 SANDRA ROSADO - Dispõe sobre ações do Outubro Rosa.

Aprovado por Unanimidade o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. Geraldo Resende (PMDB-MS), pela aprovação. Em 05/11/14.

PL-6677/2013 LAERCIO OLIVEIRA - Altera a Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004.

Aprovado por Unanimidade o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. Dr. Rosinha (PT-PR), pela aprovação. Em 05/11/14.

PL-7109/2014 SENADO FEDERAL - MARCONI PERILLO - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a garantia de mobiliário adequado a alunos destros e canhotos e a alunos com deficiência, em todas as instituições de ensino.

Aprovado por Unanimidade o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. Amauri Teixeira (PT-BA), pela aprovação. Em 05/11/14.

PL-7033/2006 AROLDE DE OLIVEIRA - Acrescenta o artigo 19-A à Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que "estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências".

Aprovado por Unanimidade o Parecer com Complementação de Voto.

Parecer com Complementação de Voto, Dep. Dr. Nechar (PV-SP), pela aprovação. Em 12/11/14.

PL-7033/2006 AROLDE DE OLIVEIRA - Acrescenta o artigo 19-A à Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que "estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências".

Aprovado por Unanimidade o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. Dr. Rosinha (PT-PR), pela aprovação do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 7033/2006. Em 12/11/14.

PL-1029/2011 DR. UBIALI - Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para tornar invioláveis os Conselheiros Tutelares, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos.

Aprovado por Unanimidade o Parecer.

Parecer da Relatora, Dep. Erika Kokay (PT-DF), pela aprovação. Em 12/11/14.

PL-3650/2012 MANUELA D'ÁVILA - Acresce artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, para tipificar a obtenção de vantagem pelo encaminhamento de procedimentos, pela comercialização de medicamentos,

órteses, próteses ou implantes de qualquer natureza.

Aprovado por Unanimidade o Parecer com Complementação de Voto.
Parecer do Relator, Dep. João Ananias (PCdoB-CE), pela aprovação. Em 12/11/14.

PL-5593/2013 OTAVIO LEITE - Dispõe sobre a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS devida por entidade de Representação do Futebol Brasileiro e cria Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - e dá outras providências.

Aprovado por Unanimidade o Parecer.
Parecer do Relator, Dep. Eduardo Barbosa (PSDB-MG), pela aprovação, com substitutivo. Em 12/11/14.

PL-7664/2010 RIBAMAR ALVES - Altera a Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003, que "dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências".

Rejeitada em 21/05/14.

PL-3030/2004 ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Acrescenta parágrafos ao art. 7º da Lei nº 9.055, de 1º de junho de 1995, a fim de limitar em trinta horas semanais e seis horas diárias a duração do trabalho nas atividades e operações com asbesto/amianto.

Rejeitada em 05/11/14.

PL-2498/2011 CHICO D'ANGELO - Estabelece procedimentos para coibir a cobrança de Prestadores de serviços de saúde diretamente aos usuários s Sistema Único de saúde - SUS ou aos seus responsáveis.

Rejeitada em 05/11/14.

PL-3927/2012 ASDRUBAL BENTES - Acrescenta o art. 7º-A à Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que "institui o Código Eleitoral".

Rejeitada em 05/11/14.

PL-1683/2007

DR. UBIALI - Dispõe sobre a adição de ácido fólico no açúcar.

Rejeitada em 12/11/14.

PL-3603/2012

CHICO D'ANGELO - Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes sobre motocicletas e bicicletas e reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda, no mercado interno, desses bens, quando adquiridos por agentes comunitários de saúde.

Rejeitada em 12/11/14.